

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420**

Evolução das Despesas Públicas de

Santa Catarina: 1930 a 2007

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Cristina Rodrigues Bared

Orientador: Prof.(a): Dr. João Rogério Sanson

Área de Pesquisa: Finanças Públicas

Palavras-chaves: Santa Catarina. Despesas Governamentais.

Florianópolis, novembro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**


Evolução das Despesas Públicas de

Santa Catarina: 1930 a 2007

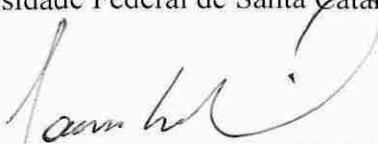
A Banca Examinadora resolver atribuir a nota 6,0 à aluna Cristina Rodrigues Bared na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 29 de novembro de 2008.

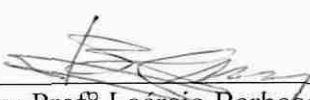
Banca Examinadora:



Presidente: Profº João Rogério Sanson
Universidade Federal de Santa Catarina



Membro: Profº Jaime César Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina



Membro: Profº Laércio Barbosa Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esse trabalho às pessoas mais especiais de minha vida, Rafael Augusto, minha irmã, meu pai e minha mãe, que apesar de ter nos deixado estará sempre viva em nossa memória com muito amor e saudade.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que contribuíram para que esse essa etapa de minha formação profissional tenha sido finalizado com êxito.

A meu pai, acima de tudo. Que com toda dedicação do mundo, por muitos anos, vem nos *ensinando valores tão essenciais para a vida*. À *minha irmã Cristel, pela atenção, carinho, e* por sempre estar presente nos momentos de alegria e também nos momentos mais difíceis, apesar da distância. Às minhas amigas e companheiras que colaboraram de diversas maneiras nesses últimos anos, em especial, Maria Antonieta e Fabiola. Ao meu querido Rafael Augusto por toda paciência, compreensão e amor que vem me acompanhando nessa caminhada e tornou minha vida mais feliz e realizada. Ao professor Sanson, pelos ensinamentos e pela admirável orientação para a conclusão desse trabalho.

O meu muito obrigada a todos vocês.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS.....	vi
----------------------	----

RESUMO.....	vii
-------------	-----

CAPÍTULO I

O PROBLEMA.....	9
-----------------	---

1.1 Introdução.....	9
---------------------	---

1.1 Tema e Problemática.....	9
------------------------------	---

1.2 Objetivos	10
---------------------	----

1.3 Metodologia	11
-----------------------	----

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
--------------------------	----

2.1 Finanças Públicas.....	13
----------------------------	----

2.2.2 Despesas Públicas.....	15
------------------------------	----

2.1.1 Crescimento das Despesas Públicas.....	15
--	----

2.2.1 Contabilidade Nacional.....	17
-----------------------------------	----

2.3 Ciclos Econômicos.....	17
----------------------------	----

CAPÍTULO III

A ECONOMIA ENTRE 1930 E 1964.....	18
-----------------------------------	----

3.1 Economia Brasileira.....	18
------------------------------	----

3.2 Economia Catarinense.....	30
-------------------------------	----

CAPÍTULO IV

A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE SANTA CATARINA -1930 A 1999

4.1 As diferentes Classificações das despesas ao longo do período.....	35
--	----

4.1.1 Decreto nº 15.783/22.....	35
---------------------------------	----

4.1.2 Decreto-Lei 2.416/40.....	36
---------------------------------	----

4.1.3 Lei 4.320/64.....	37
-------------------------	----

4.2 As Despesas agrupadas conforme as atribuições governamentais.....	38
---	----

4.3 A evolução das despesas segundo a categoria econômica: 1933 a 1939.....	40
---	----

4.4 A evolução das despesas segundo a categoria econômica: 1940 a 1963.....	43
---	----

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO.....	48
----------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
---------------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A

Decreto-Lei Nº 2.416 de 1940.....54

ANEXO B

Artigo 12 da Lei 4.320 de 1964.....58

ANEXO C

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1933 a 1939.....59

ANEXO D

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1940 a 1963.....64

ANEXO E

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1944 a 1948.....68

ANEXO F

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 1999.....71

RESUMO

BARED, C. *Evolução das Despesas Públicas de Santa Catarina: 1930 a 2007*. Monografia (Ciências Econômicas), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

A partir do levantamento de dados das despesas do estado de Santa Catarina entre os anos de 1933 e 2007, desenvolveu-se o presente trabalho com o intuito de aprimorar o agrupamento dos dados sobre as finanças públicas deste Estado. Vem-se desenvolvendo uma linha de pesquisas na Universidade Federal de Santa Catarina com alunos da Graduação em Ciências Econômicas para organizá-los. Ao analisar os dados desse período, perpassam-se três formas distintas de classificação quanto à despesa. Os anos de 1933 a 1939 estavam estruturados conforme o Decreto n 15.783 de 1922, o período de 1940 a 1963 seguiam os padrões indicados pelo Decreto-Lei 2.416 de 1940, e por fim, os anos de 1964 a 2007 tiveram sua organização determinada pela Lei 4.320 de 1964, assim viu-se a necessidade de comentar os principais pontos dessas mudanças. Para a análise dos dados encontrados foi elaborado um breve texto quanto a conjuntura brasileira e catarinense, expondo os principais fatos políticos-econômicos do período de 1930 a 1964. Logo, foi proposta uma nova forma de agrupamento dos dados coletados conforme as principais atribuições do governo, que foram resumidas em três categorias: gastos sociais, apoio ao crescimento econômico e administração pública. Observou-se que os gastos sociais representaram em média 32% das despesas estaduais totais e que a maior parcela da categoria era destinadas a educação pública. Quanto à categoria de apoio ao crescimento econômico, foi notável o desempenho das finanças de Santa Catarina para a construção das estradas de ferro e da malha rodoviária. Assim como também fora grande a contribuição estadual para fossem prestados os serviços de utilidade pública em Santa Catarina, no intervalo entre 1940 e 1963, representaram 30% da despesa do Estado. As despesas com administração pública representaram 14% dos gastos totais do período analisado, porém, observou-se uma tendência de queda da importância dessa categoria diante das despesas analisadas.

Palavras-chave: Santa Catarina. Despesas do Estado.

PROBLEMA

1. Introdução

1.1 Tema e Problemática

Diante da necessidade de se utilizar séries longas da estrutura gastos e receitas do governo, especificamente do Estado de Santa Catarina, para pesquisas acadêmicas e por profissionais de determinadas áreas, vem se desenvolvendo uma linha de pesquisa do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina para completar a série histórica das finanças públicas deste Estado. Deste modo, algumas dissertações, seguindo um mesmo raciocínio, já foram desenvolvidas para melhor estruturação das contas deste estado ao longo do tempo, porém, ainda existem lagunas a serem preenchidas.

Dentre estas monografias que focaram se nesse mesmo objetivo estão: Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1964 a 1999 (BRASIL, 2001), A Evolução das Receitas, Despesas e Dívida Pública de Santa Catarina, de 1950 a 1970 (MOTTA, 2002), Finanças públicas em Santa Catarina no século XIX (MELLO, 2003), O Produto Interno Bruto e as Despesas Orçamentárias de Santa Catarina entre 1939 e 2003 (BONECHER, 2006), Evolução das Receitas, Despesas e Dívida Pública de Santa Catarina: 1931 a 1949 (MIGNONI, 2006).

Porém, há diferenças nos estudos quanto a maneira que esses dados são utilizados para explicar questões relevantes para a economia em si. A proposta desta monografia é apresentar a economia catarinense e brasileira em um período significativamente, de 1930 a 1964, e também de mostrar a trajetória da estrutura de gastos diante dos ciclos econômicos que existiram nesse tempo. Determinou-se uma nova forma de agrupamento das variáveis de despesas para compatibilizar as diferentes estruturas encontradas entre os anos de 1930 e 1964.

Devido às dificuldades de se obter dados organizados e de fácil manejo, o presente estudo visa complementar a série histórica das contas do Estado no período indicado, numa série mais simplificada composta pelas principais atribuições do Governo: desenvolvimento social, apoio aos crescimento econômico e administração pública.

Pois o longo período delimitado pelo trabalho percorre distintas formas de classificação das despesas orçamentárias: o Decreto n 15.783, de 1922; seguido pelo Decreto – Lei 2.416, de 1940 e, por fim a lei vigente até o momento atual Lei n 4320, de 1964. Desta diferenciação na forma de classificar as variáveis de despesa advém um determinado empenho em agrupá-las conforme a estrutura proposta, o que justifica a pesquisa a ser desenvolvida.

Além de complementar o levantamento de dados, a pesquisa trata, no seguinte capítulo, de conceitos fundamentais sobre a ciência das Finanças Públicas para facilitar o entendimento do assunto em questão, como contabilidade nacional, despesas públicas, funções do Estado, dentre outros.

Para justificar o aumento das despesas que é evidente, utilizaremos das premissas da Lei de Wagner, que pode ser resumida como:

À medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país (REZENDE, 2001,p.11).

Outro ponto que deverá ser abordado é a comparação da economia brasileira com a economia catarinense para melhor compreensão da situação econômica de Santa Catarina e de sua importância no âmbito estadual, segundo Hayek (1945, *apud*:GUEDES, GASPARINI, 2007, cap. 3), "os governos locais, por estarem mais próximos da população local, são detentores das informações mais precisas a respeito das preferências locais, e, portanto, podem tomar as melhores decisões".

O trabalho trata, enfim, das Finanças Públicas de Santa Catarina entre os anos de 1930 a 2007, procurando identificar o desempenho das despesas do Estado, sua relação com os ciclos econômicos do período e a inter-relação com as políticas econômicas adotadas.

1.2 Objetivos

O objetivo geral da monografia é agrupar dados que possam completar a série histórica das contas de Finanças Públicas do estado de Santa Catarina e avaliar o desempenho das despesas no período de 1930 a 2007.

Os objetivos específicos são:

- Relacionar a trajetória das despesas em Santa Catarina com os ciclos econômicos da economia brasileira do período;
- Demonstrar como as distintas classificações da estrutura de contas podem ser organizadas numa única forma, sem distorcer as informações de maneira significativa;
- Analisar a situação da economia catarinense no panorama da economia brasileira, no período de 1930 a 1964.

1.3 Metodologia

O presente trabalho monográfico enquadra-se na categoria de pesquisa do tipo documental e qualitativa. Desenvolveu-se um levantamento de dados das despesas do Estado de Santa Catarina do período de 1930 a 2007 a partir de diversas fontes.

Para completarmos a série proposta, foi necessário a busca dos dados referentes aos anos de 1930 a 1963, pois já foram agrupados por Brasil (2000) os dados da despesa entre os anos de 1964 e 2007.

Os Balanços Gerais das Contas de Santa Catarina foram encontrados nas Mensagens e nos respectivos Relatórios Anuais encaminhados ao Presidente da República. Outra fonte, não de menor importância, foram os Diários Oficiais de Santa Catarina entre os anos de 1934 a 1940, e de 1945 a 1948.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foram pesquisados os Diários Oficiais, na Assembléia Legislativa e Biblioteca Municipal de Florianópolis foram encontrados algumas Mensagens e Relatórios. Os Balanços das Contas do Estado dos anos 1950 a 1963 encontrados, não eram de documentos oficiais, e sim cópias desses documentos de posse do Professor Rogério Sanson. Já os dados das despesas entre 1964 e 1999 foram compilados de Brasil (2000, p.58-60), que desenvolveu sua pesquisa nessa linha de pesquisas sobre as Finanças Públicas do Estado. Os anos de 2000 a 2007 foram pesquisados nos Balanços do Estado de Santa Catarina, junto ao Tribunal de Contas.

Com base nos dados coletados que melhor representem as variáveis despesas do Estado de Santa Catarina na série de 1930 a 2007, ano a ano, foram elaboradas tabelas para evidenciar a relação da evolução das despesas com a evolução dos gastos do governo

estadual. Junto às informações fornecidas pelas tabelas de como as variáveis evoluíram foi apresentado a fundamentação teórica que ajuda a explicar os motivos das variações das despesas segundo as teorias que embassaram o trabalho.

Uma descrição da economia brasileira no período analisado é indispensável para a contextualização do trabalho, portanto será sintetizado os principais fatos econômicos, políticos que de alguma forma interferiram na estrutura de gastos do Estado. Através de autores como Abreu (1990) foram extraídas as informações necessárias para uma breve descrição sobre a economia brasileira de 1930 a 1964.

Serão apresentados conceitos teóricos relativos à área de estudo sobre Finanças Públicas e Contabilidade Nacional, através de autores como Rezende (2001), Giambiagi e Além (2000), além da apresentação da Lei de Wagner ao justificar o crescimento das despesas governamentais.

Diante das mudanças nas legislações referentes às classificações das Contas Públicas e conseqüentemente das despesas, estão expostas, em anexo, algumas mudanças nas legislações específicas que foram sendo refeitas ao longo dos anos analisada. Os demonstrativos das despesas orçamentárias do período anterior a 1940 estão classificados conforme o Decreto-Lei nº 15.783/22. Já os anos de 1940 a 1964 tem sua estrutura determinada pelo Decreto-Lei nº 2416/40 e por fim, a partir do ano de 1964 a classificação segue o padrão estipulados pelo Decreto-Lei 4.320/64 vigente até os dias de hoje.

Devido a impossibilidade de agrupar estes três padrões conforme o estipulado previamente, fez o agrupamento apenas das duas primeiras formas de classificação, do Decreto-Lei nº 15.783/22 e do Decreto-Lei nº 2416/40. O objetivo inicial era de agrupar as despesas em três categorias conforme as atribuições do governo em :

- a) gastos sociais;
- b) de apoio ao crescimento econômico; e
- c) despesas de administração (ou ordem interna).

Porém, como a divisão encontrada nos Balanços de 1964 em diante estavam delimitadas conforme a natureza do gasto, como despesa corrente ou despesa de capital, não pode-se concluir os dados todo o período proposto. Mas ainda, está em anexo a tabela original da pesquisa de Brasil que conclui a serie 1930 e 1964. Assim, o período de apresentação da conjuntura econômica brasileira e catarinense esta baseada nas décadas de 1930, 1940, 1950 e inicio de 1960.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os principais fundamentos da Teoria sobre as Finanças Públicas e dos ciclos econômicos keynesianos, sua importância e utilização de instrumentos necessários para a obtenção dos resultados fiscais a serem apresentados no trabalho. Além da apresentação de conceitos de termos a serem utilizados na pesquisa.

2.1 Finanças Públicas

“O termo Finanças Públicas tem sido tradicionalmente aplicada ao conjunto de problemas da política econômica que envolvem o uso de medidas de tributação e dispêndio do setor público”, segundo Musgrave (1959, Apud: OLIVEIRA, , p. 3).

O setor público no Brasil apresentou uma expansão considerável nos últimos 80 anos, refletindo um crescimento significativo do volume de despesas do governo e na participação do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Essa elevada participação do governo no consumo final total e no PIB coloca o Brasil na categoria de países com médio consumo do governo, junto a países desenvolvidos como Estados Unidos, Holanda e Austrália, conforme o quadro 1.

As atribuições econômicas do governo refletem a evolução dos princípios teóricos que indicam a necessidade de intervenção governamental no sistema econômico em atividades relacionadas à distribuição da Renda Nacional.

De acordo com Musgrave (1959, *apud*: Rezende, 2001, p. 18), essas atribuições referem-se a três categorias:

- promover ajustamentos na alocação de recursos;
- promover ajustamentos na distribuição da renda; e
- manter a estabilidade econômica.

O primeiro item refere-se a ausência de condições que assegurassem a eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia diante do mecanismo de determinação de preços pelo mercado. Os principais casos referem-se a possibilidade de economias externas, problemas de satisfação de necessidades coletivas e também a casos de bens públicos, ou seja, aqueles que são caracterizados pela indivisibilidade de consumo.

Quadro 1: Participação do consumo do governo nas despesas de consumo e no PIB (1994) – países selecionados.

Países	Consumo do governo/Consumo total (%)	Consumo final governo/PIB (%)	PIB per capita (mil US\$) 1996
Baixo consumo do Governo			
Paraguai	7,9	6,8	n.a.
Venezuela	8,6	6,7	3,0
Equador	9,9	7,7	n.a.
Hong Kong	12,4	8,2	24,8
Colômbia	13,6	11,0	2,1
Japão	13,8	9,6	41,1
México	14,2	11,8	3,7
Uruguai	15,0	12,8	n.a.
Índia	15,2	10,7	0,4
Coréia do sul	16,6	10,8	10,7
Médio consumo do Governo			
Holanda	19,0	14,2	25,9
Bélgica	19,4	15	26,4
Nova Zelândia	19,6	14,7	15,8
Estados Unidos	19,6	16,4	27,6
Brasil	19,7	15,4	4,4
Malásia	20,2	13,1	4,4
Espanha	21,1	16,9	14,2
Itália	21,6	17,1	19,9
Austrália	22,0	17,6	20,4
Irlanda	22,3	16,0	17,5
Alto consumo do Governo			
França	24,5	19,6	26,3
Canadá	25,2	20,2	19,2
Reino Unido	25,3	21,6	19,8
Áustria	25,5	18,8	27,9
Alemanha	25,5	19,6	28,9
África do Sul	26,0	21,2	3,1
Finlândia	28,7	22,4	23,3
Noruega	29,8	21,3	34,8
Dinamarca	32,3	25,5	32,3
Suécia	33,5	27,3	25,8

Fonte: Rezende (2001, p.16).

Promover ajustamentos na distribuição da renda quando esta gerada pelos habitantes do país pode não ser considerada socialmente aceitável. Para alcançar tais objetivos, o governo deve utilizar-se do sistema tributário e de políticas governamentais, de maneira que o ônus maior sobre os habitantes de maior renda possibilite a ampliação da despesa com as classes de menor renda com serviços gratuitos – Educação e Saúde, por exemplo.

A estabilidade econômica é fundamental para garantia dos agentes econômicos exercerem suas atividades de modo a minimizar as incertezas do mercado.

A atividade financeira do Estado tem sempre como objetivo satisfazer as necessidades públicas de sua sociedade.

2.1.1 Despesas Públicas

“O objetivo das Finanças Públicas é o estudo da atividade fiscal desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para custeio dos serviços públicos”, segundo Pereira (2000, p. 71).

A política fiscal compreende a política tributária, cujos recursos são arrecadados, e a política orçamentária, referente aos gastos governamentais.

A política orçamentária refere-se aos atos e medidas relacionados a despesa pública, considerando a dimensão e a natureza das atribuições do poder público bem como a capacidade e a disposição para seu funcionamento.

“A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade” (Mariotti, p.24). As despesas, assim como as receitas, são classificadas pela Lei nº 4.320/64 em orçamentárias e extra-orçamentárias.

As despesas orçamentárias estão incluídas na lei orçamentária anual, e ainda as provenientes dos créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) abertos durante o exercício financeiro.

As despesa extra-orçamentária não constam na lei orçamentária anual, compreendendo as diversas saídas de numerários, decorrentes do pagamento ou recolhimento de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios. (MARIOTTI, p. 25).

As despesas públicas são divididas em despesas correntes e despesas de capital. Despesas correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital; e as despesas de capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

2.1.2 Crescimento das Despesas Públicas

A partir da evolução das despesas públicas têm sido formuladas hipóteses teóricas para explicação do processo. Tomaremos como base as contribuições dos autores Adolph Wagner e de Peacock e Wiseman que exploraram o tema com maior significância.

Adolph Wagner (1880, *apud*: Rezende, 2001, p.21) estabelece que “à medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país”, conhecido como a “Lei de Wagner”. Dentre as razões para tal argumentação estão as evidências de crescimento das funções administrativas e de segurança oriundas do processo de industrialização e do aumento do número de bens públicos devido ao grau de urbanização. Outra razão é o aumento da promoção do bem-estar social (Saúde e Educação), cuja demanda aumenta com o crescimento econômico do país. E por fim, diante das inovações tecnológicas e dos vultuosos investimentos necessários para a expansão de alguns setores da economia desenvolve-se condições para o monopólio, que deve ter seus efeitos minimizados pela intervenção governamental no processo produtivo.

Para Peacock e Wiseman (1970, *apud*: Rezende, 2001, p. 20) “o crescimento dos gastos totais do governo em determinado país é muito mais uma função das possibilidades de obtenção de recursos do que da expansão dos fatores que implicam o crescimento da demanda de serviços produzidos pelo governo”. Isto é, o crescimento das atividades do governo é limitada pelas possibilidades de expansão da oferta, e estas, limitadas pelas possibilidades de incremento na tributação. Para esses autores, o crescimento das despesas do governo em relação a Renda Nacional cresce a longo prazo, mas esse processo não ocorre de maneira harmônica, obedece a alternados períodos de estabilidade com outros de rápido crescimento.

Em períodos de depressão econômica e guerras, as resistências quanto ao aumento da carga tributária diminuem e conseqüentemente, elevam-se os gastos a novos níveis, permitidos pelo incremento na disponibilidade de recursos. Uma vez cessadas as causas da expansão, dificilmente os gastos retornam à dimensão original. A essa contribuição de Peacock e Wiseman foi designada de efeito-translação, o principal fator a explicar o processo evolutivo das despesas do Estado.

2.2 Contabilidade Nacional

A contabilidade nacional é uma técnica que tem por objetivo medir a atividade econômica de um país nas suas diversas vertentes. Funciona como instrumento de análise da situação econômica, de quantificação dos objetivos de política econômica e de controle do modo como as metas estipuladas vão sendo cumpridas. Tem-se como medidas básicas das atividades agregadas o PIB e o PNB.

Produto Interno Bruto (PIB) é definido como o preço de mercado dos bens finais e serviços produzidos pelo trabalho e pelas instalações situados em um determinado país.

Produto Nacional Bruto (PNB) é uma medida alternativa do produto agregado, definido como o preço de mercado dos bens finais e serviços produzidos pelo trabalho e pelas instalações de residentes de um determinado país.

2.3 Ciclos Econômicos

Shapiro (1994, p. 599) ao conceituar os ciclos econômicos:

As flutuações na atividade econômica que denominamos ciclos econômicos acontecem, historicamente, em torno de uma linha ascendente de tendência ou crescimento. É um fato econômico da vida que ciclos e crescimento andem juntos desta forma e há um condicionamento mútuo de um sobre o outro, no decorrer do tempo.

Com a publicação do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, John Maynard Keynes revolucionou o estudo da Macroeconomia e dos ciclos econômicos.

Keynes defende que os ciclos econômicos não são auto-reguladores como pensavam os clássicos, uma vez que é determinado pelo "espírito animal" dos empresários. É por esse motivo, e pela ineficiência do sistema capitalista em empregar todos que querem trabalhar que Keynes defende a intervenção do Estado na economia.

A mais importante Agenda do Estado não está relacionada às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. (Keynes, 1936, *apud*: Wikipédia, Escola Keynesiana).

Essa intervenção deve predominar nos segmentos da economia que, embora necessários para o bom desenvolvimento de um país, não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada.

CAPÍTULO III

A ECONOMIA ENTRE 1930 E 1964

Apresentaremos agora um panorama geral da trajetória da política econômica brasileira e catarinense entre o período de 1930 a 1963.

No seguinte capítulo será demonstrada a evolução da estrutura das despesas do Governo de Santa Catarina desse mesmo período, conforme as principais funções do Estado.

3.1 A Economia Brasileira

O designado Governo Provisório, com Getúlio Vargas na Presidência, compreende o intervalo temporal de 1930 a 1934. A política econômica nesse período foi marcada pela busca da superação das conseqüências do colapso econômico mundial provocado pela crise de 1929 que atingiu tanto o Brasil como todo o mundo.

A balança de pagamentos foi muito afetada pela queda dos preços de exportação, principalmente pelo preço do café, que constituía 70% das exportações brasileiras já que o Brasil era o maior produtor e exportador de tal produto agrícola do mundo, e também pelo aumento dos preços de importações. Abreu (1990, p. 74) afirma “Em volume as importações decresceram em cerca de 60% entre 1928 e 1932, enquanto as exportações declinaram 16%”.

A desvalorização do mil-réis juntamente com a crise cambial acarretaram no aumento do ônus da dívida pública externa, exigindo grande parte do saldo comercial para quitá-la, o que tornou inviável seu pagamento integral. Assim, um *Funding Loan* parcial foi renegociado em 1931 e estipulava juros de 5% aos empréstimos do *Funding Loan* de 1931 e garantia o pagamento dos *Funding Loans* de 1898 e 1914. Porém, a renegociação apenas retardou o problema com o aumento da dívida e resultou em atrasos comerciais em mil-réis, os quais além de não renderem juros, ficavam expostos a riscos de câmbio (ABREU, 1990, p.76).

Diferentemente dos investimentos britânicos no Brasil, que vinham diminuindo desde 1914 e estavam concentrados nos setores mais tradicionais, os investimentos americanos aumentaram mais de quatro vezes nesse período e fora direcionado para alguns setores modernos da economia, como a indústria de transformação. Daí a diferença nas atitudes desses dois países em relação a dívida externa do Brasil. Com o declínio do capital inglês no total do montante aplicado no Brasil, sua atitude fora voltada para a exigência do pagamento,

enquanto a posição americana era flexível quanto ao pagamento e direcionava esforços para a manutenção de sua posição comercial com o Brasil.

Getúlio Vargas fora apoiado pelas classes médias, burguesia industrial e urbana, oligarquias, classe trabalhadora, Exército, enfim, pelas várias vertentes da sociedade, inaugurando um novo tipo de Estado sem o predomínio de poder de nenhuma força econômica e que foi denominado de Estado de Compromisso.

As consequências da crise de 1929 foram relativamente modestas se comparadas às de outros países. Isto se deve às políticas adotadas pelo Governo Provisório, especialmente em relação ao café. “A queda do produto real não excedeu 5,3% em 1931 em relação ao pico de 1929. Em 1932 o produto cresceu 4% e em 1933 e 1934 em torno de 9% ao ano” (ABREU, 1990, p. 78).

Com o objetivo de solucionar a grave crise no setor cafeeiro devido à superprodução, criou-se o Conselho Nacional do Café e depois o Departamento Nacional do Café. Já em 1931 iniciou-se a compra para destruição, por parte do governo, dos estoques excedentes de café, financiados por taxações das exportações do próprio produto agrícola e por créditos do governo. Os estoques queimados em 1931 atingiram cerca de 10% da produção e chegaram a 1937 com mais de 40% da safra.

Essa política de compra de estoques de café, acompanhada pelo aumento do déficit público para amenizar o choque fiscal associam a política econômica desse período a teoria keynesiana de sustentação do nível de atividade econômica.

Em 1934 Getúlio inicia um novo mandato presidencial, marcado pelo crescimento do produto industrial e pelas turbulências no cenário internacional.

Devido às pressões de empresários norte-americanos, em 1934 uma missão americana chefiada por John Williams veio ao país para compreender a situação cambial brasileira. Williams apontou os obstáculos ao livre comércio e o baixo nível de comércio internacional como as principais causas do problema cambial do Brasil desconsiderando atitudes discriminatórias aos interesses americanos.

Em 1935 Souza Costa, Ministro da Fazenda, comprometeu-se a liberar o mercado de câmbio, resultado das pressões norte-americanas de alinhar países pró-multilateralismo e que acabou dando tratamento preferencial aos interesses estadunidenses.

Entre 1934 e 1937 o PIB cresce 6,5% ao ano e o produto industrial, 11%. Com o aumento do preço das importações, utilizou-se a capacidade ociosa instalada na indústria na década de 20 e com as políticas fiscais, cafeeira, monetárias e creditícias expansionistas sustentou-se a demanda interna.

Apesar da influência diplomática americana, o governo brasileiro manteve uma posição ambígua com a Alemanha. Um acordo firmado em 1934 estabeleceu o comércio de compensação entre Brasil e Alemanha para o intercâmbio de mercadoria entre esses países. Segundo Abreu (1990, p. 89):

A política externa adotada foi a mais adequada (...) A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares (devido à possibilidade de equipar as forças armadas).

A tolerância norte-americana quanto ao comércio teuto-brasileiro deve-se aos objetivos estratégicos americanos de longo prazo e também pelo fato de que apesar de alguns produtos norte-americanos terem sido prejudicados pelo comércio alemão, o total de importações dos Estados Unidos aumentaram com o ganho em outras mercadorias.

Já o comércio com a Inglaterra caiu de 19% do total das importações brasileiras para 11%, enquanto a Alemanha aumentou de 12% para 20%.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas deu um golpe de estado e instaurou uma ditadura no Brasil justificada pela existência de um suposto plano comunista para tomada do poder. Esse novo regime, chamado de Estado Novo durou até o ano de 1945 quando Getúlio foi deposto pelas Forças Armadas.

Foi implementada a nova Constituição do Brasil que estipulava as mudanças necessárias para o bom funcionamento do novo regime. De acordo com ela, o presidente detinha plenos poderes, inclusive o de legislar por decreto-lei, representar o Poder Executivo e possuir um mandato de seis anos; as greves eram proibidas e a imprensa passível de censura. Foram nomeados interventores federais para governarem os estados, foi instituída a pena de morte e o fim dos Partidos Políticos.

O período do Estado Novo iniciou a atividade do estado como produtor de bens e serviços em setores da economia (indústrias de base) onde o capital privado era insuficiente.

Em 1939, o governo apresentou o Plano Quinquenal para alavancar o desenvolvimento e através de novos empréstimos estrangeiros e criou-se a Companhia Vale do Rio Doce, atuando na extração de minérios, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, fundamentais para a produção siderúrgica e energética.

Diante da escassez de divisas, adotou-se um sistema de controle cambial e de importações semelhante ao controle dos anos de 1931 e 1934, causando incomodo por parte

dos credores privados norte-americanos. Porém, diante da necessidade política de boa vizinhança as vésperas da Segunda Guerra Mundial, foram em vão as solicitações dos credores diante do governo americano para solucionarem os problemas cambiais brasileiros.

A missão Aranha aos Estados Unidos em 1939, marca o início de longo período de relações especiais entre o Brasil e os Estados Unidos. (...) A agenda incluía questões relacionadas à defesa nacional, as relações comerciais, à dívida pública externa e ao tratamento recebido pelos investimentos diretos norte-americanos no Brasil e assuntos ligados à política cambial, criação de um banco central e planos de desenvolvimento de longo prazo na órbita do Tesouro norte-americano. (ABREU, 1990, p. 92).

O Brasil comprometeu-se a adotar uma política cambial mais liberal, a retomar o serviço da dívida pública, diminuir o comércio com a Alemanha e regularizar as remessas de lucros das companhias norte-americanas.

Com o início da guerra e a conseqüente perda dos mercados europeus, piora o saldo da balança comercial, que se recupera só em 1941. Essa recuperação advém de um conjunto de fatores internacionais no panorama de guerra. O Brasil começa a exportar produtos tradicionalmente americanos e ingleses que reduziram sua produção com a guerra e o preço do café aumenta com o Acordo Interamericano.

Abreu afirma “o ano de 1942 corresponde a um ponto de inflexão do ponto de vista econômico do Brasil”, o crescimento industrial atingiu a média de 9,9% ao ano entre os anos de 1942 e 1945; o PIB crescia a 6,4% nesse mesmo período, acumularam-se reservas cambiais e verificou-se o aumento dos investimentos americanos no país.

Com o fim da guerra se aproximando, o governo norte-americano não tinha mais como prioridade o sustento dos preços dos produtos de exportação dos países latino-americanos, dando maior importância à seus interesses de comércio exportador.

O caso do café talvez seja o melhor exemplo de como a política econômica dos Estados Unidos com referência ao Brasil, inicialmente generosa – se bem que não destituída de interesse próprio –, tornou-se progressivamente menos magnânima, à medida que diminuía a necessidade de recorrer a incentivos econômicos para garantir apoio político na América Latina. (ABREU, 1990, p. 97).

A derrubada de Vargas em 1945 esta relacionada a reorientação da política norte-americana para o Brasil no final da Segunda Guerra e também a queda do totalitarismo europeu, depois de 1943 as preocupações quanto a falta de democracia interna tornaram-se evidentes (...) o apoio norte-americano foi importante elemento do processo de desestabilização da ditadura varguista que culminaria na sua deposição logo após a vitória no Pacífico. (VIANNA, p. 102).

O período seguinte, governado por Gaspar Dutra, 1946 a 1951, foi marcado por seguidas frustrações quanto às expectativas do pós-guerra, que só são compreensíveis diante dos sucessivos acontecimentos do cenário mundial.

A partir da conferência de Bretton Woods, foram criados órgãos internacionais com o objetivo de manter a ordem econômica internacional do Pós-guerra. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha como objetivo promover a cooperação monetária internacional juntamente com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Também criou-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Bretton Woods era compreendido como um sistema de equilíbrio e o objetivo norte-americano era o de moldar a economia do pós-guerra congelando a relação de forças entre os Estados Unidos e o resto do mundo capitalista, tanto em seus aspectos econômicos quanto políticos. (VIANNA, 1990, p. 106)

A partir de 1947, com o início da Guerra Fria, o governo americano adota uma série de medidas para conter a expansão do comunismo no mundo. Através da Doutrina Truman os Estados Unidos afirmaram sua liderança para defender o capitalismo em escala mundial. E em seguida lançaram o Plano Marshall, um projeto de recuperação econômica dos países envolvidos na guerra com financiamento do governo americano.

As expectativas no início do Governo Dutra eram muito positivas, esperava-se uma breve reorganização da economia mundial, o preço-teto do café imposto pelos americanos fora eliminado, gerando “uma espécie de ilusão de divisas” (VIANNA, 1990, p.108). Diante desse quadro, o governo apostou em solucionar o problema da inflação para reduzir os déficits da União, adotando política monetária e fiscal contracionistas.

O que afetava, sobretudo, a balança comercial era o fato de que o Brasil acumulava déficits com países de moeda conversível e superávits com os países de moeda inconvertíveis, isto é, “moedas sem comando imediato sobre recursos reais”.

O retorno da produção e exportação de países como Estados Unidos e Inglaterra com o fim da Segunda Guerra também prejudicou as exportações brasileiras de matérias-primas e de manufaturas: “estas chegaram a representar 20% da pauta (de exportações brasileiras) em 1945, caindo para 7,5% em 1946 e continuando em queda abrupta até alcançar menos de 1% em 1952”. (VIANNA, 1990, p. 110). Já as importações desse período, além do aumento dos preços que chegou a 75% em 1947 comparado ao ano anterior, teve seu volume aumentado pela necessidade de aquisição de novos equipamentos.

Assim, instaurou-se o controle de importações em 1947, baseado em um sistema de licenciamento de acordo com as prioridades do governo. Além do bom funcionamento desse

sistema, o aumento do preço internacional do café também colaborou para o equilíbrio alcançado na balança comercial.

As vantagens do sistema de licenciamento das importações ultrapassaram os objetivos iniciais de solucionar a questão da balança comercial e a indústria nacional foi beneficiada, principalmente a indústria de aparelhos eletrodomésticos e outras de consumo duravam.

Na medida em que eram apreendidos os efeitos do contingenciamento sobre a substituição de importações de bens duráveis, parecia surgir uma nova mentalidade: embora o texto legal que instituiu o regime de licença prévia não estabelecesse explicitamente o princípio da proteção à indústria, reconhecia e consagrava, no caso de serem semelhantes ou equivalentes os produtos importados e os de fabricação nacional, a base de restrições ao licenciamento de importações. (CEXIM, *Relatórios*, 1951).

A política de crédito do Banco do Brasil foi imprescindível para desenvolvimento da indústria na época, nos anos de 1947 e 1948 os créditos para o setor industrial cresceram 38% e 19%, respectivamente, em relação aos anos anteriores.

O Plano Salte do governo Dutra, aprovado em 1950 e extinto em 1951 por falta de financiamento, buscava melhorar a administração dos gastos públicos com melhoras da saúde, alimentação, transporte e energia.

A expectativa de ajuda financeira americana para solucionar problemas, como a balança de pagamentos e precárias condições no setor de energia, foram quebradas logo que se perceberam a mudança de foco da política americana no pós-guerra. Só em 1949, cinco anos depois, têm se início a obtenção de ajuda financeira do Banco Mundial e Eximbank norte-americano para os programas de desenvolvimento do Brasil e de outros países do Terceiro Mundo.

Com o retorno de Getúlio Vargas a Presidência da República entre os anos de 1951 a 1954, adotou-se um projeto de governo que conciliava interesses e forças políticas divergentes. Tendo como primeiro passo equilibrar as finanças públicas, o projeto seguiria numa segunda fase de investimentos em projetos industriais para infra-estrutura, financiados por capital estrangeiros, pois o governo norte-americano tinha mudado sua atitude, anteriormente, quanto ao financiamento dos programas de desenvolvimento do Brasil.

Criou-se a CMBEU, Comissão Mista, Brasil e Estados Unidos, para elaborar projetos passíveis de financiamento pelo Banco Mundial e Eximbank e em contrapartida, seriam negociadas facilidades para condições de exportação de matérias-primas para os Estados Unidos.

Nos dois primeiros anos, adotou-se a taxa de câmbio fixa e valorizada, e o regime de licenciamento de para importação, seguindo a política de Dutra. Porém, houve um afrouxamento das liberalizações de importações devido a diversos fatores conjunturais, dentre eles estão à deficiência no abastecimento interno, perspectiva de crescimento das exportações, posição cambial temporariamente favorável. Juntamente com esse aumento das exportações, outros fatores não previstos pelas autoridades econômicas causaram a crise cambial de 1952.

Devido à política econômica ortodoxa contracionista adotada, comprimiram-se as despesas do governo, principalmente os gastos de investimentos, e aumentaram as receitas da União, levando ao primeiro superávit global do Brasil desde 1926.

A política de liberalização de importações, com taxas de câmbio sobre valorizadas, acompanhada pela expansão do crédito do Banco do Brasil estimularam os investimentos através da importação de bens de capital. O PIB cresceu 5% em 1951 e 7,3% no ano seguinte.

Com o colapso cambial que geraram atrasos comerciais acumulados e mudança na postura americana quanto aos financiamentos no Brasil, em 1953 o projeto estipulado inicialmente pelo governo de desenvolvimento, fora abandonado. A CMBEU encerrada e seus projetos já elaborados foram abandonados com a interrupção de seus respectivos financiamentos.

A mudança de governo nos Estados Unidos, segundo Vianna (1990, p. 132),

No final de 1952 o candidato só Partido Republicano, general Eisenhower, venceu as eleições presidenciais derrotando os democratas que há duas décadas governavam os Estados Unidos. As duas mais importantes e imediatas modificações na política norte-americana para a América Latina foram: em primeiro lugar, como desdobramento inevitável do acirramento da guerra fria, o combate ao comunismo passou a merecer atenção prioritária. Em segundo lugar, foi abandonada a política do ponto IV de Truman. Com relação ao Brasil, logo ficou claro que o Governo Eisenhower não manteria o financiamento aos projetos que a CMBEU fosse elaborando. O governo americano alegou necessidade de corte de gastos e negou a existência de compromisso no sentido de fazê-lo até um determinado limite.

Frente às dificuldades de encontradas de realizarem os objetivos previamente estipulados, o governo foca suas atenções, novamente, em solucionar o problema da desestabilização da economia e fazer uma reforma ministerial para dar suspensão ao governo. “Vargas perseguia uma estratégia política que lhe permitisse enfrentar exitosamente as eleições estaduais de 1954 e, em última análise, a própria sucessão presidencial.” (Vianna, 1990, p. 137).

Através da Instrução 70 da Sumoc, o ministro Aranha estabelece as diretrizes de sua política, ainda ortodoxa, com o objetivo de solucionar a questão do câmbio e das finanças públicas. Estabeleceu-se o monopólio cambial do Banco do Brasil. Estabeleceu-se também o regime de leilões de câmbio, extinguindo o controle quantitativo de importações. A partir desses leilões, eram favorecidos certos produtos de acordo com critérios de essencialidade e proteção a indústria nacional.

Entretanto, apesar dos esforços das políticas fiscais, os gastos do governo cresceram 40% em 1953 e a receita total apenas 20%, em comparação a 1952. As causas para esse desequilíbrio são diversas, porém, gastos com obras de infra-estrutura para o crescimento industrial, a forte seca que atingiu o Nordeste, realização das eleições municipais foram bem significativos no montante total das despesas.

Getúlio Vargas autoriza aumento de 100% no salário mínimo em 1954, contrariando os 33% indicados pelo ministro Aranha.

O mercado de café entre 1953 e 1954 era desfavorável para o Brasil, consumidores americanos diminuíram seu consumo diante de intensas propagandas para substitutos próximos, além de deslocarem suas compras para outros países. A produção de café em países da África também colaborou para os baixos níveis de exportação brasileira.

“Tanto os problemas com o café como o aumento salarial eram, poderosas fontes de pressão sobre a expansão do crédito, comprometendo, dessa forma, a austeridade perseguida pelas autoridades econômicas” (VIANNA, 1990, p. 148).

Em 1954, num cenário de adversidades econômicas, reduziu-se a margem de manobra do governo Vargas e seus respectivos apoios setoriais. Os industriais percebiam-se prejudicados com a Instrução 70 que acabou por elevar seus custos, além da redução do crédito fornecido pelo Banco do Brasil para o setor. Os cafeicultores também sofreram prejuízos no período, apesar das causas não serem de natureza interna, cobravam uma política de preço mínimo para o café. A classe média foi atingida pelo processo inflacionário, além de não receber os benefícios do aumento salarial. “Sem o apoio popular e envolvido crescentemente pela insatisfação de diversos setores, o isolamento político de Vargas era um fato. A conjuntura era propícia à intensificação da virulenta campanha oposicionista.”(VIANNA, 1990, p.150).

Diante da crise política e do conselho ministerial de licenciar-se da presidência, Getúlio Vargas se suicida em 23 de agosto de 1954.

Com o desfecho da crise de 1954 e a sucessão presidencial de Café Filho nos dois anos seguintes, não houve grandes modificações na política econômica adotada no mandato de Vargas. No primeiro ano, com o então Ministro da Fazenda Gudin, que possuía certo prestígio internacional, esperava-se obter financiamentos internacionais para minimizar a situação cambial brasileira. Tal esforço foi em vão já que, como já foi dito no governo de Eisenhower a política americana em relação aos países em desenvolvimento fora reformulada.

Neto (1990, p.163) resume o período como:

O governo Café Filho caracterizou-se, do ponto de vista econômico, por duas administrações com objetivos não apenas diversos, mas, em certo sentido, antagônicos: Gudin, dava prioridade ao ajuste interno através de uma política monetário-fiscal contracionista, enquanto Whitaker tinha como objetivo maior a eliminação do “confisco cambial” através de uma ortodoxa reforma cambial. Externamente, pode-se notar na “proximidade” das instituições oficiais, especialmente o FMI, um traço comum entre as duas gestões: o Brasil procuraria manter-se como um “bem comportado” seguidor da orientação da ortodoxia representada por aquelas instituições.

Em seu mandato presidencial, entre 1956 e 1961, Juscelino Kubitschek lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento ou Plano de Metas, com o célebre lema “Cinquenta anos em cinco”. Plano esse que segundo Sochaczewski (1990, p. 171).

constituiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira(...); foi o último período em que estiveram presentes na economia brasileira: crescimento acelerado, razoável estabilidade de preços e um ambiente político aberto e democrático.”

A política cambial, baseada na Lei 1.807, ou Lei do Mercado Livre, seguiu inalterada até 1957, sofrendo apenas alguns ajustes através das instruções da Superintendencia da Moeda e de Crédito (Sumoc). Quanto a essa lei, baseada em taxas múltiplas de câmbio, incentivava a entrada de capital estrangeiro com o objetivo de favorecer setores de infraestrutura, como energia, transporte e comunicações. A Instrução 113, de 1955 veio para superar gargalos da Lei 1.807 ao inserir na lista de setores ainda não favorecidos pelo câmbio, cuja retabilidade era mais elevada, “praticamente todos os setores industriais, excetuando-se apenas aqueles que, a critério da Sumoc, fossem notoriamente supérfluo” (SOCHACZEWSKI, 1990, p. 173).

A reforma cambial instaurada em 1957 simplificou as múltiplas taxas de câmbio para Geral e Especial. Importação de matéria-prima, equipamentos e bens não suprimir internamente pertenciam a categoria Geral; bens de consumo restrito e ou produzido suficientemente pelo país eram onerados pela taxa Especial. Operações financeiras continuaram no mercado livre.

Essa política adotada obteve sucesso pois conseguiu facilitar as aquisições de equipamentos importados a baixo custo, ajudando no processo de industrialização, sem desestimular a produção interna. Setores como veículos e equipamentos de transporte colaboraram para o crescimento de 26,4% ao ano da indústria de bens de capital no período de 1955 a 1960.

Foi criado o Conselho de Desenvolvimento no ano de 1956 para formular as estratégias de desenvolvimento, seguindo as projeções do grupo misto CEPAL-BNDE que apontaram os pontos de estrangulamento e as áreas prioritárias de atuação de investimentos.

Ultrapassando os limites dos planos de desenvolvimento anterior, o Plano de Metas do governo de Juscelino, além do setor de infra-estrutura, abrange a Educação, Alimentação, setor de transporte, energia, indústria básica, como mostra a tabela 1. Além da construção de Brasília com o objetivo de ocupação da faixa não litorânea do país.

os objetivos eram de elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio e estabilidade social... e também observadas as condições no nível interno de emprego, principalmente do capital, e do balanço de pagamentos com o exterior” (Conselho de Desenvolvimento, 1959, p. 14 e 21).

Tabela 1: Brasil: Plano de Metas, Estimativas do Investimento 1957-1961

(bilhões de CR\$)

	%	Total (*)
SETOR		CR\$
Energia	42,4	179,0
Transporte	28,9	121,9
Alimentação	3,6	15,3
Indústria Básica	22,3	93,8
Educação	2,8	12,0
Total	100	422

Fonte: Banco do Brasil, Relatórios e Anuário Estatístico (Apud: Abreu, 1990, p. 180)

(*) Produção Interna mais Importação.

O total dos investimentos previstos seriam formados 50% pelo setor público, 35% pelos fundos privados e o restante de agências públicas mistas.

O crescimento anual do PIB no período 1957-61 ficou em 8,2% e a inflação média e, 22,6%, ambos acima do previsto que seria 5% para o PIB e 13,5% para inflação.

O nível elevado de inflação pode ser explicado pelo instrumento utilizado para financiar o Plano de Metas. Diante da ausência de um forte sistema financeiro para garantir os investimentos propostos e da impossibilidade de aumentar a carga tributária (pela pressão dos empresários), utilizou-se do financiamento inflacionário e da emissão de moeda para cumprir as metas propostas. Com a desaceleração do crescimento, veio a tona o problema da inflação desencadeando em uma crise que abala o país em 1962.

Através do Programa de Estabilização Monetária (PEM), o governo de Kubitschek apresentou medidas para a contenção da inflação. Primeiramente, medidas seriam tomadas para reduzir o acelerado ritmo da inflação, no seguinte período a emissão de moeda seria limitada ao ritmo do crescimento do PIB. (SOCHACZEWSKI, 1990, p. 191)

Entretanto, com o caráter ambíguo das políticas do PEM, que almejava a difícil tarefa de manter o alto nível de investimentos juntamente com a promoção da estabilidade de preços, o programa fica desacreditado junto à classe política e a opinião pública em geral.

Jânio Quadros assume o poder em 1961 com a votação mais significativa da história das eleições presidenciais brasileiras. Propunha a instauração de um programa que garantisse a austeridade fiscal.

Quadros, ao assumir o poder, denuncia as precárias heranças deixadas pelo governo Kubitschek, referenciando a aceleração da inflação, a deterioração da balança de pagamentos e a indisciplina fiscal.

Elaborada pela Sumoc, a Instrução 204 reformulou a política cambial para minimizar a situação da inflação e da balança de pagamentos. Uma das medidas adotadas foi a transferência da categoria geral de importação de matéria-prima, equipamentos e bens não suprimidos nacionalmente, para o mercado livre de câmbio.

Renegociações com credores americanos e europeus tiveram êxito ao reescalonar a dívida externa que venceriam entre 1961 e 1965, além de conseguirem novos empréstimos.

O governo de Jânio Quadros se distanciou dos EUA, que estavam defendendo o isolamento de Cuba, e reatou relações com a União Soviética, causando grande polêmica essa política externa independente de Quadros e que teve continuidade com Goulart.

Com a renúncia de seu mandato de apenas sete meses, assume o poder João Goulart, até então, vice Presidente da República, num clima de grande conturbação política. Ministros militares não aprovavam que Goulart assumisse a presidência e manifestações no Rio Grande

do Sul surgiram a favor dele. Neste contexto, fora aprovado no Congresso uma emenda constitucional instaurando o parlamentarismo como regime de governo, o que diminuiria a concentração de poder nas mãos de Goulart.

Três gabinetes parlamentaristas sucederam-se, Tancredo Neves, seguido por Francisco de Paula Brochado, e por último Hermes Lima. Através de um plebiscito, em 1963, escolheu-se voltar ao presidencialismo e Joao Goulart governou o país até o golpe militar do ano seguinte.

Celso Furtado, ao ser ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, lança o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social com o intuito de desacelerar a inflação, de 78,4% em 1963, e solucionar a deterioração do comércio externo.

O Plano Trienal, apesar de ser elaborado por Celso Furtado, o mais influente e bem-sucedido economista brasileiro ligado a tradição estruturalista CEPAL, caracterizava-se por diagnósticos bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante. O receituário era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado.

O fracasso do plano fica evidente com o crescimento de 0,6% do PIB em 1963 e com o fechamento da inflação em 91,8% em 1964, contrariando e muito os níveis propostos: 25% de meta inflacionaria e 7% de crescimento anual do produto.

Em março de 1964, os militares deram o golpe no governo de Goulart para defender a democracia da possível instauração do comunismo no Brasil por parte Presidente Joao Goulart. O golpe foi apoiado pelos empresários e pela classe média brasileira.

Sobre a evolução do PIB brasileiro entre os anos de 1933 a 1963, inseriu-se o gráfico 1 para facilitar a percepção do processo de crescimento econômico no período analisado.

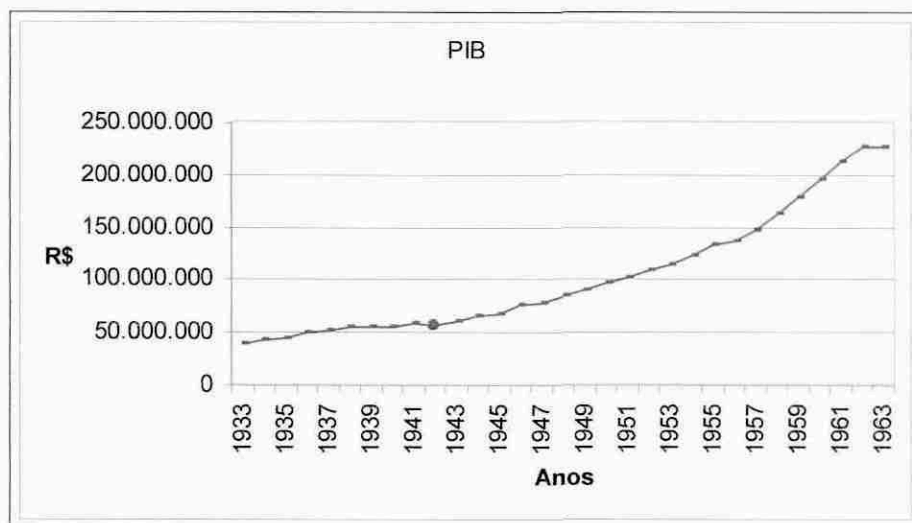


Gráfico 1: PIB de 1933 a 1963, a CCR\$ de 2002

Fonte: ALBUQUERQUE, Roberto C. In: VELLOSO, João P. R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado. 2005.

3.2 A Economia Catarinense

O período estudado no presente trabalho perpassa por duas fases distintas da economia catarinense, seguindo as delimitações expostas por Goularti Filho em Formação Econômica de Santa Catarina.

No período entre 1930 e 1945 os estados brasileiros foram governados por interventores federais nomeados por Getúlio Vargas com o intuito de manter o comprimento das ordens federais.

O general Ptolomeu de Assis Brasil foi o primeiro interventor federal e instaurou o Governo Provisório em Santa Catarina apenas por dois anos. Assim como Ptolomeu, Rui Zobarán, seu sucessor, era gaúcho presidindo e não se firmou no cargo por muito tempo, em grande parte por consequência do desconforto das antigas lideranças estaduais com a nomeação dos dois interventores gaúchos consecutivos.

Nereu Ramos foi nomeado em 1935, permanecendo no cargo até o fim do mandato do Presidente Vargas em 1945, ao ser deposto. Nesse período destacaram-se a rede de estradas que foram construídas em Santa Catarina, considerada uma das melhores do país. Outros setores também foram beneficiados: postos de saúde, creches, maternidades e escolas foram construídos por todo o Estado. Sobre Nereu Ramos Mendes, Goularti Filho (2002, p.123) relata:

Mesmo com uma formação liberal, Nereu Ramos acabou configurando-se como a mutação necessária que a oligarquia precisava, para se modernizar e enfrentar o processo acelerado de urbanização e industrialização, implementado pelo Estado.

Com a Revolução de 1930, a economia brasileira, que era baseado no setor agro-exportador, passa por uma fase de mudanças com as políticas implantadas por Vargas em busca da industrialização do país. Tendo a indústria paulista iniciado esse processo, a economia catarinense foi beneficiada diante das demandas daquele estado por matérias-primas já produzidas em territórios catarinenses. Goularti Filho (2002,p.82) sobre a posição catarinense: “nos anos 10 São Paulo era responsável por 13,3% das exportações catarinenses e nos anos 30, as importações de São Paulo aumentaram para 24,6%”, superando a comercialização do estado Barriga-Verde com os estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná.

Foi nas décadas de 30 e 40 que começa a consolidar-se a economia catarinense. Foram os setores de madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil que, basicamente, alavancaram o potencial do Estado. Setores tradicionais de pouca utilização de tecnologia e estritamente ligados aos recursos naturais.

Uma série de fatores influenciaram o salto da produção catarinense destinada para outros estados brasileiros, dentre eles: a expansão da produção cafeeira em São Paulo, e a conseqüente expansão urbana da cidade capital; a diversificação econômica que fora iniciada em São Paulo e no Rio de Janeiro; as novas ferrovias que ligavam Santa Catarina a região sudeste e as que ligavam o interior aos portos; a proximidade com as cidades, já importantes, de Curitiba e Porto Alegre e a política de integração comercial entre as unidades federativas que se intensificou a partir da década de 30.

Em meados da década de 40, começam a surgir as indústrias catarinenses. “A pequena indústria metal-mecânica em Joinville, o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto, e das cerâmicas no sul.” (GOULARTI FILHO,2002, p.137). Nesse período de transição coexistiram a pequena produção mercantil em declínio, e o nascente médio e grande capital industrial. As novas indústrias catarinenses, originárias da pequena produção, expandiram-se rapidamente com os incentivos à industrialização para os setores mais dinâmicos.

Passada a fase de crescimento do capital industrial, os anos de 1945 a 1962 foram marcados pela expansão dos setores já consolidados como a madeira, o carvão, alimentos e têxtil, além da instalação de novos ramos industriais no Estado.

A produção de madeira em Santa Catarina nos anos 40 fora desenvolvida nas seguintes regiões do Estado: planalto norte do Estado, oeste, Vale do Rio do Peixe e região do planalto serrano. A partir dos anos 50, quando a produção madeireira do oeste entra em declínio, a região serrana aumenta sua produção devido aos problemas do setor pecuário, não representando queda na produção estadual. Segundo Goularti Filho (2002, p.143), “praticamente até o final dos anos 60, a madeira representava em torno de 70% das exportações catarinenses”.

Santa Catarina escoava sua produção de madeira para a construção dos grandes centros, inclusive para a construção de Brasília. Com o grande volume de madeira comercializado, desencadeou-se, principalmente na região serrana, uma série de outras atividades, o comércio de peças para caminhões, fabricação de caixas, de esquadrias, de papel e pasta mecânica foram alguns exemplos.

Apesar da crise de superprodução ao fim da Segunda Guerra Mundial, o setor carbonífero apresentou contínuo crescimento no período em questão. Após cobranças dos empresários e dos políticos locais para que a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) continuasse a adquirir toda a produção, o governo cria o Plano do Carvão Nacional e a Cepan (Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional) com o objetivo de alinhar as atividades de produção, transporte e distribuição do carvão.

O processo de mecanização do setor carbonífero trouxe consequências como o baixo crescimento no número de empregos na mineração até 1970 e a queda do número de pequenas mineradoras, quanto a isso Goularti Filho (2002, p.149) expõe como se deu a concentração do capital nesse setor:

A maior mineradora, na época, era a estatal Companhia Próspera, subsidiária da CSN, fundada em 1921 por pequenos proprietários locais, transformada em companhia mista em 1941 e incorporada pelo Estado em 1953. Entre as 25 companhias carboníferas devidamente registradas no sul catarinense em 1956, cinco eram responsáveis por 58,3% do total da produção estadual, e muitas pequenas mineradoras estavam subordinadas às grandes companhias”.

A industrialização da agricultura fez com que a produção do pequeno produtor fosse predominante até meados da década de 40, fosse inicialmente subordinada aos grandes produtores e aos poucos absorvida por estas.

No setor de alimentos, as empresas de frigoríficos foram as que mais se desenvolveram em Santa Catarina a partir dos anos 50, com destaque para a Sadia, Perdigão, Chapecó e Seara.

A partir de grandes inovações no segmento agroindustrial, empresas como Sadia e Perdigão alcançaram renome nacional nessa época, utilizaram-se de novas tecnologias de

transporte, novas técnicas de criação de suínos, construção de unidades fora de Estado, abertura de centros de distribuição, além da entrada no segmento de avicultura. Essas empresas criaram um sistema de fomento à produção de suínos. Começando pela Associação Rural de Criados da Sadia, em 1951, que posteriormente também favoreceram o segmento de abate de aves.

As empresas produtoras de têxteis eram na época o único setor que se constituía como oligopólio competitivo com grande representação no mercado nacional. No período entre 1945 e 1962 o setor passava por uma fase de expansão e verticalização, tendo como representantes as empresas Schlösser de Brusque, Hering e Teka de Blumenau, Malharia Princesa e Malharia Iracema de Joinville, Garcia (a maior de Santa Catarina em 1950), dentre outras. Blumenau, uma das maiores referências de produção têxtil no Brasil até os dias de hoje, já em 1958 tinha 66,6% da população ativa empregada na indústria têxtil, em Brusque esse índice chegava a 84,5%.

O Brasil passava neste período por uma fase de urbanização e modernização acelerada, o que intensificou a comercialização intra-nacional e estimulando a expansão industrial de muitos Estados, segundo Goularti Filho (2002, p. 155):

Com a industrialização pesada, são intensificadas as trocas comerciais entre as unidades subnacionais, beneficiando todo o Brasil. As exigências de novas mercadorias, demandadas pela urbanização e pela industrialização, geraram uma onda de novos investimentos em todo o território nacional. (...) Muitos Estados aprofundaram suas especialidades e outros se diversificaram. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina se enquadram no segundo tipo.

Assim, além da expansão dos setores já analisados, outros começavam a se firmar no Estado. Essa diversificação da produção catarinense foi representada pela produção de cerâmica, de metal-mecânico e de papel.

O surgimento dessas novas indústrias, assim como o aprimoramento dos setores já estabelecidos, é o resultado da transformação do capital mercantil em industrial. No entanto, as limitações para que os resultados fossem ainda maiores foram diversos. Deficiências estruturais e institucionais, como a falta de energia, de recursos financeiros, dificultaram uma interação dentro do próprio Estado e com as demais regiões do país.

Até o final dos anos 50, o sistema de distribuição de energia elétrica era fornecido por pequenas iniciativas privadas responsáveis por todo o processo, da geração à distribuição de energia. O que dificultava a execução de novos investimentos.

Apesar de implantação de novas centrais hidrelétricas e Termelétricas ainda na década de 50 ainda, começaram a apresentar resultados concretos e conseqüentemente solucionando esse ponto de estrangulamento da economia catarinense décadas seguintes.

O crescimento monetário em Santa Catarina também não acompanhou o ritmo da expansão industrial. Até a década de 60, o setor bancário do Estado baseava-se em pequenas casas bancárias de atuação local, sem muitos recursos para grandes investimentos de longo prazo. Diante da demanda crescente por projetos de infra-estrutura e de créditos mais vultosos, criam-se bancos oficiais de fomento e grandes bancos nacionais encorporam os bancos locais já estabelecidos, entretanto, isto só ocorre a partir de 1962. As principais fontes de financiamentos vieram do BDE (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina S.A.), do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento) e BNDE, monetizando a economia catarinense aos poucos.

Sobre a acumulação de capital e o processo de industrialização de Santa Catarina entre 1930 e 1960, Goularti Filho (2002, p.174):

Podemos afirmar que em Santa Catarina o capital extrativista e mercantil promoveu uma acumulação inicial que posteriormente se desdobrou no capital industrial e agroindustrial. O capital cumpriu o seu destino temporal transformando-se de mercantil em industrial, buscando a valorização máxima.

O período iniciado em 1962 foi marcado pela integração e consolidação da indústria catarinense. Com maior intervenção do Estado na economia, diversos investimentos públicos em infra-estrutura, além do novo arranjo institucional colaboraram para que o processo da industrialização se solidificasse em Santa Catarina.

CAPÍTULO IV

A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE SANTA CATARINA -1933 A 2007

4.1 As diferentes Classificações das despesas ao longo do período

Para atingir aos objetivos propostos pelo trabalho de apresentar as despesas conforme foram classificadas ao longo desses setenta anos, cabe neste capítulo uma síntese sobre as mudanças nos padrões de classificação estipuladas pelos seguintes decretos e leis: Decreto nº 15.783, de 1922; modificado pelo Decreto-Lei 2.416, de 1940 e, por fim a lei vigente até o momento atual Lei 4.320, de 1964.

4.1.1 Decreto nº 15.783/22

A apresentação das despesas de Santa Catarina entre os anos de 1933 e 1939 está no anexo C, sendo apresentadas em seus valores originais e estruturadas conforme a padronização do Decreto 15.783 de 1922, seguindo os padrões encontrados nos Balanços das Contas Públicas do Estado. Ao utilizar como fonte de pesquisa o Diário Oficial do Estado, conseguiu-se iniciar a série apenas a partir de 1933, já que o primeiro Diário Oficial de Santa Catarina foi publicado em 1934, e considerando que o lançamento da prestação de contas encontra-se no Diário do ano seguinte ao exercício.

A despesa orçamentária foi assim dividida pelas Secretarias Administrativas da época, representadas pela Secretaria do Interior (que passou a ser a Secretaria do Interior e da Justiça no ano de 1935), Secretaria da Segurança Pública (a partir de 1936) e Secretaria da Fazenda, Secretaria de Viação e Obras Públicas (a partir de 1936).

A Secretaria do Interior abrangia diversas categorias de responsabilidade governamental, algumas delas são: Assembléia Legislativa, Poder Judiciário, Educação, Segurança Pública (foi responsabilidade da Secretaria do Interior até 1936), Arquivo Público, Imprensa Oficial e Estatística Geral do Estado.

A Secretaria da Fazenda era responsável pela diretoria de Obras Públicas, Diretoria de Terras e Colonização, pela Impressão e Publicação Oficial, Tesouro do Estado, pela Contadoria Geral do Estado, pelo pagamento da Dívida Pública, pela iluminação pública, serviço de força e luz. Passando a cuidar de assuntos relacionados à agricultura, esta secretaria passa a ser designada de Secretaria da Fazenda e Agricultura em 1937.

A Secretaria da Viação e Obras Públicas entra em vigor como tal a partir de 1936 e passa a controlar a Diretoria de Obras Públicas e a Diretoria de Estrada e Rodagem, que antes pertencia a Secretaria da Fazenda.

Além dessas classificações por Secretarias, explícitas no anexo C, diferenciavam-se as despesas fixas e variáveis. As despesas estipuladas pelo orçamento eram as despesas fixas, enquanto as despesas que excediam o valor projetado eram designadas de créditos especiais.

4.1.2 Decreto-Lei 2.416/40

Com a mudança no padrão de classificação das contas do Estado conforme o Decreto 2.416/40 foi necessário à apresentação dos anos de 1940 a 1963 nos moldes estabelecidos para o período. Porém, diante da impossibilidade de encontrar os Relatórios do Governo ou as Mensagens ao Presidente da República, que apresentavam o Balanço das Contas do Governo conforme a classificação estipulada pela lei vigente, os anos de 1944 a 1948 não estão assim classificados. Entretanto, ao buscar outras fontes para completar a série pesquisada, foram encontrados nos Diários Oficiais do Estado os Balanços destes anos, mas estavam estruturados conforme a classificação anterior, do Decreto 15.783/22, ver anexo E.

Com a edição do Decreto-Lei 2.416, de 17 de julho de 1940, estabeleceu-se a padronização dos orçamentos estaduais e regras para tornarem uniformes os processos de contabilidade, pois até então, cada Estado elaborava seu orçamento e suas prestações de contas de forma não estabelecidas integralmente. Desta maneira, as “improvisações com referência à receita e despesa pública” (CORE, 2004) até 1940 eram inevitáveis e estão claras (as despesas) na tabela do anexo C, pelas descontinuidades nos agrupamentos destas despesas do período anterior a 1940.

A despesa orçamentária passa a ser dividida em ordinária e extraordinária, assim como as despesas do período anterior eram designadas de fixas e variáveis. Comparando com a estrutura anterior, que ordenava as despesas conforme os órgãos do Estado, o novo Decreto estipula que estas deveriam ser agrupadas de acordo com suas funções desempenhadas por estes e outros órgãos do governo. Estas funções são:

- a) Administração Geral
- b) Exação e Fiscalização Financeira
- c) Serviços de Segurança Pública e Assistência Social
- d) Serviços de Educação Pública

- e) Serviços de Saúde Pública
- f) Fomento
- g) Serviços Industriais
- h) Serviços da Dívida Pública
- i) Serviços de Utilidade Pública
- j) Encargos Diversos

4.1.3 Lei 4.320/64

A apresentação dos dados da despesa entre os anos de 1964 e 2007 está estruturada conforme a Lei 4.320/64 no anexo F. A edição desta Lei representou a primeira Reforma Orçamentária do país. Segundo sua ementa, esta “estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.”.

A estruturação das despesas que no primeiro modelo apresentado (anexo C) era diferenciada pelos órgãos do governo, conforme o decreto-lei n 15.783/22; passando a ser apresentados conforme as funções desempenhadas, seguindo as normas da Lei 2.416/40 (anexo D); por fim, com a publicação da Lei 4.320/64, a despesa do Estado passa a ser apresentada segundo sua natureza: de despesa corrente ou despesa de capital (anexo F).

A diferença entre a natureza das despesas está relacionada à aquisição de bens de capital; as despesas correntes não contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital, o que caracteriza as despesas de capital, portanto, é a contribuição desta para a formação ou aquisição de um bem de capital. Para melhor compreensão do assunto está em anexo (B) o artigo referente à classificação econômica da despesa.

Na seção seguinte será apresentada a proposta de classificação das despesas conforme as atribuições governamentais, porém, devido a classificação da Lei 4.320/64 não ser compatível com as categorias estipuladas, os dados entre 1964 e 2007 não farão parte da análise. Fica aqui uma sugestão para aqueles que darão seqüência a essa linha de pesquisa das Finanças Públicas de Santa Catarina, já que, por falta de tempo hábil para a coleta dos dados não foi possível englobar esta estrutura para análise.

Mas ainda assim, foi considerado válido a apresentação dos dados originais entre os anos de 1964 e 1999, compilada da monografia de Brasil (2000) com o intuito de complementar a série proposta previamente.

Já os anos de 2000 a 2007 foram pesquisados nos Balanços Gerais do Estado dos respectivos exercícios.

4.2 Despesas agrupadas conforme as atribuições governamentais

Depois de finalizado o processo de coleta dos dados quanto à despesa de Santa Catarina ao longo desses anos, e assim aprimorarmos a linha de pesquisa desenvolvida por alunos de Graduação da UFSC visando o preenchimento das informações não organizadas pelo Estado quanto as Finanças Públicas deste Estado, já discutido anteriormente, será apresentada uma nova proposta para agruparmos a variável de pesquisa, as despesas, de maneira que possamos comparar períodos distintos de classificação.

Diante disto e da grande dificuldade em alinhá-las, já que percorrem três grandes períodos com conjunturas diferentes e bases de análises bem distantes umas das outras, não foi possível o agrupar as três estruturas, como já foi dito. Porém, percebido uma possibilidade de agrupar as duas primeiras classificações, assim se fez.

A partir das principais funções do Estado, agrupamos os órgãos diferenciados do primeiro modelo (anexo C) e as funções do Estado apresentados no segundo modelo (anexo D). Considerando que as unidades federativas devam seguir as políticas do governo central, fez se a divisão conforme as principais atribuições governamentais considerando o aprimoramento do bem-estar social, a promoção do crescimento econômico, a administração pública (ou ordem interna) e uma categoria denominada de “outros”, referentes a despesas que não pertencem integralmente às demais atribuições, conforme tabela 2. A última categoria faz referência a valores considerados pela contabilidade, mas que não representam despesas para o Estado e por pertencerem ao Balanço estão listadas na tabela 2.

Tabela 2 - Despesas conforme as atribuições governamentais

Atribuições Governamentais	Decreto 15.783/1922	Lei 2.416/1940
Bem-estar Social	Instrução Pública Educação Biblioteca Pública Saúde Pública Secretaria da Segurança Pública Força Pública Corpo Bombeiros Cadeias (Penitenciária)	Serviços de Educação Pública Serviços de Saúde Pública Serviço de Segurança Pública e Assistência Social
Crescimento Econômico	Diretoria de Obras Públicas Diretoria de Terras e Colonização Diretoria de Estradas de Rodagem Serviço de Expansão Agrícola e Pastoril Junta Comercial Secretaria da Viação e Obras Públicas Estrada de Ferro SC	Fomento Serviços Industriais Serviços da Utilidade Pública
Administração (Ordem Interna)	Presidência do Estado Gabinete do Presidente Palácio da Presidência Assembleia Legislativa Secretaria da Assembleia Legislativa Poder Judiciário Gabinete do Secretário do Interior Diretoria do Interior e Justiça Arquivo Público Imprensa Oficial Estatística Geral do Estado Secretaria da Fazenda Tesouro do Estado Contadoria Geral do Estado Serviço de Inspeção de Fazenda	Administração Geral Exação e Fiscalização Financeira
Outros	Serviço de Força e Luz Departamento de Estatística Iluminação Pública Pessoal Inativo Correspondência Postal e Telegráfica Impressão e Publicação Despesas Diversas e Eventuais Empréstimos Aplicação da Renda Especial Serviço da Dívida Passiva Suprimentos Créditos Especiais Secr. Interior Créditos Especiais Secr. Seg. Pública Créditos Especiais Secr. Fazenda Créditos Especiais Secr. Viação e Obras Públicas	Encargos Diversos
Valores não considerados	Restos a Pagar Depósitos Especiais do Estado Depósitos Depósitos Diversos Saldo para próximo Exercício	Restos a pagar Aplicação do saldo Exercício anterior Depósitos Depósitos Diversos Saldo para o seguinte exercício

Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

Considerando os gastos com bem-estar social aqueles que de alguma maneira contribuem mais diretamente para o processo de melhoria das condições de vida população e atendem as demandas sociais de cidadania, alocamos as despesas de saúde, segurança, educação e assistência social nesta categoria.

Ao aplicar medidas que estimulem diretamente o emprego e faça crescer a renda nacional, o governo cumpre seu papel de promover o crescimento econômico. Assim, foram considerados: a Diretoria de Obras Públicas, a Diretoria de Terras e Colonização, o Serviço de Utilidade pública, dentre as demais listadas na tabela, como órgãos e serviços que atendiam, primordialmente, a essa função do Estado.

Quanto à categoria da Administração Pública, que ainda exige certo empenho, verificar-se-á que esse tipo de despesa diminui consideravelmente ao longo dos anos, os motivos para tal serão apresentados a seguir.

Nas seguintes seções será analisada a evolução das despesas conforme a classificação da tabela acima e a relação desta com os ciclos políticos-econômicos do período, tanto na esfera nacional como estadual.

4.3 A evolução das despesas segundo a categoria econômica: 1933 a 1939

Para atingir os objetivos deste trabalho, apresentaremos a evolução dos dispêndios governamentais entre 1933 e 1963 em duas seções distintas: esta primeira analisa o período de 1933 a 1939 e a seguinte que compreende os anos de 1940 a 1963. Essa separação é justificada pela mudança na estrutura das contas do Estado que a partir do ano de 1940 estabeleceu-se regras para a padronização das contas das unidades federativas do Brasil, conforme Decreto-Lei 2.416.

Tendo como referência a tabela 2 que divide as despesas em gastos sociais, gastos de apoio ao crescimento econômico, administração e outros, a tabela 3 mostra os valores totais de cada categoria ano a ano.

Tabela 3: Composição da Despesa de Santa Catarina – 1933 a 1939

Conto de Réis (1.000)					
Anos/ Categorias	Bem-estar Social	Crescimento Econômico	Administração	Outros	Total
1933	5,50	3,92	2,73	7,54	19,68
1934	6,50	4,25	2,89	19,31	32,99
1935	7,73	2,47	4,06	18,85	33,11
1936	8,57	5,60	4,39	3,08	21,63
1937	10,16	7,31	4,85	11,55	33,88
1938	11,77	8,67	5,22	11,93	37,61
1939	14,08	11,44	5,88	7,91	39,31

Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

No Brasil, a década de trinta foi marcada pelo processo de recuperação da crise de 1929 e também pela política de valorização do café com a compra de estoques por parte do governo para sustentar o preço desse produto de exportação. Como não havia produção de café em Santa Catarina, a política de café não interfere na situação econômica de Santa Catarina. Mas a crise que atingiu o Brasil também foi sentida nas contas de Santa Catarina, no ano de 1933 a categoria “outros” teve 80% de sua composição formada pelo serviço de dívida passiva, ver anexo C.

Já nos anos de 1934 e 1935, os altos valores da categoria “outros” advém dos créditos especiais da Secretaria da Fazenda e também destas despesas extra-orçamentárias da Secretaria do Interior. Os créditos especiais da Secretaria da Fazenda ultrapassaram o valor de 22.000:000\$000 durante esses dois anos, enquanto que a Secretaria do Interior utilizou-se de mais de 10.000:000\$000 além do previsto pelo orçamento, evidenciando assim as imperfeições do sistema de planejamento do governo nestes exercícios. No seguinte ano, conseguiu-se projetar as despesas de maneira mais eficaz, reduzindo significativamente a necessidade de créditos adicionais no ano de 1936. Desta forma, reduziu-se a categoria “outros” de 18% em 1935 para 4% das despesas totais em 1936.

Considerando que as despesas da categoria outros atendam aos objetivos propostos pelas demais categorias, e supondo que estas despesas dividam-se de maneira uniforme entre bem-estar social, apoio ao crescimento econômico e administração pública, passamos para a análise destas atribuições governamentais.

Tabela 4 : Composição da Despesa de Santa Catarina – 1933 a 1939

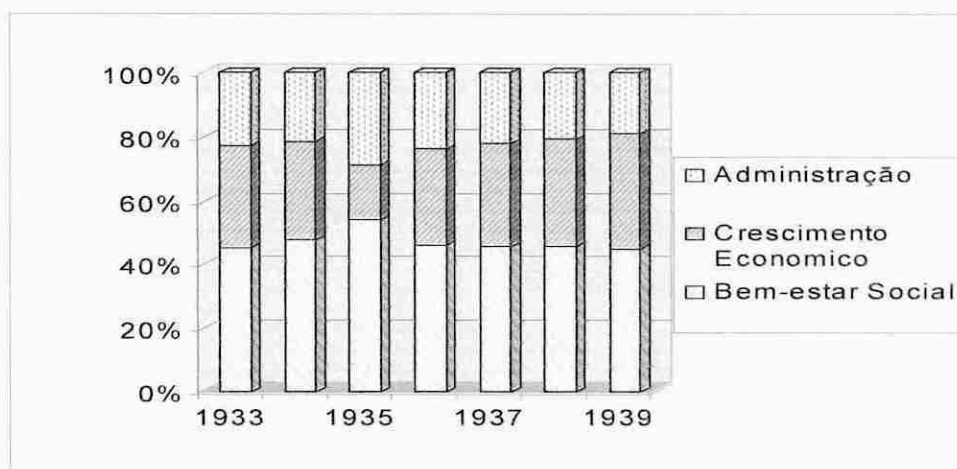
Anos/Categorias	(%)			
	Bem-estar Social	Crescimento Econômico	Administração	Total
1933	45	32	23	100
1934	48	31	21	100
1935	54	18	28	100
1936	46	30	24	100
1937	45	33	22	100
1938	45	34	21	100
1939	45	36	19	100

Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

A despesa de administração, nesse período teve média de 23% dos gastos estaduais. Esse elevado percentual pode ser explicado pelas dificuldades existentes naquela época que foram sendo eliminadas com os sucessivos processos de modernização. Rezende (2001,p. 22) afirma que:

A maior proporção de gastos com a Administração Pública (...) pode estar relacionada a motivos técnicos, ligados à qualificação da força de trabalho ou ao baixo nível de mecanização dos serviços, ou a fatores políticos sociais que conduzem a maior papel do Estado como empregador de mão-de-obra. À medida que o país se desenvolve, as despesas administrativas não necessitam crescer na mesma proporção, não só porque prevalecem substanciais economias de escala, no que se refere à operação das atividades governamentais, como também porque maior preocupação com a eficiência operacional passa a assumir papel importante.

Quanto aos gastos sociais, que em média representaram 47% das despesas totais, destacou-se o dispêndio com a educação, que representou em média 54% dos gastos sociais no período analisado, tendo em vista sua importância para a formação do capital humano.

Gráfico 2: Composição da Despesa de Santa Catarina – 1933 a 1939

Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 4.

A política de integração comercial entre os estados nacionais iniciada pelo governo Vargas foi de grande importância para Santa Catarina e teve reflexos nas contas do Estado. Como já foi citado na seção da economia catarinense, no governo de Nereu Ramos (1935 a 1945) foram construídas estradas que ligavam o Estado à região sudeste e o interior aos portos de Santa Catarina. Assim, observou-se no período, vultosos gastos com as estradas de ferro e com a construção de redes de estradas; do total de dispêndio de apoio ao crescimento econômico, 58%, em média, foram gastos com a construção da malha rodoviária, e 10% com a construção de estradas de ferro, conforme os dados do anexo C.

O reduzido percentual de apoio ao crescimento econômico no ano de 1935 de 18% é justificado pela queda nas despesas com as estradas de ferro em comparação aos anos anteriores e também à reduzida despesa com a construção de rodovias, em relação aos anos seguintes. Sendo assim, no ano de 1936 os gastos de apoio ao crescimento volta ao patamar dos 30% pois deste ano em diante aumenta significativamente o montante despendido com a construção da malha rodoviária a cada ano.

Como a produção catarinense era baseada em recursos naturais, a Diretoria de Terras e Colonização, juntamente com o Serviço de Expansão Agrícola e Pastoril tiveram participação significativa no período, em média 10% dos gastos de apoio ao crescimento econômico eram destinados a esses segmentos.

4.4 A evolução das despesas segundo a categoria econômica: 1940 a 1963

Seguindo a mesma linha de raciocínio da seção anterior, serão apresentadas as despesas dos anos de 1940 a 1963 conforme o anunciado. Os anos de 1944 a 1948 não estão na tabela 5, pois a estrutura dos balanços das contas do Estado não foram encontrados conforme o estipulado pelo Decreto-Lei 2.416/40. Porém, encontra-se no anexo E a estrutura das despesas destes anos, organizada conforme os padrões do Decreto-Lei 1.813/22. Os anos de 1949 e 1960, infelizmente, não foram encontrados para análise.

A tabela a 5 mostra os valores, em suas respectivas moedas, Real (Réis) nos anos de 1940 e 1941, e Cruzeiros (Cr\$) entre os anos de 1942 a 1963.

Tabela 5: Composição da Despesa de Santa Catarina – 1940 a 1943 e 1950 a 1963

	Bem-estar Social	Crescimento	Administração	Outros	Total
Contos de Réis (1.000:000\$000)					
1940	15,46	11,66	6,40	6,15	39,67
1941	16,43	14,70	6,64	7,19	44,97
Cruzeiro (Cr\$1.000,000)					
1942	18,53	14,76	6,89	9,26	49,44
1943	22,34	18,56	7,65	7,74	56,289
...					
1950	104,32	64,06	36,06	46,12	250,56
1951	109,61	109,75	37,21	51,60	308,17
1952	131,88	88,94	51,68	65,66	338,16
1953	147,63	133,27	61,91	107,94	450,76
1954	208,60	180,60	84,93	119,57	593,70
1955	263,60	252,89	102,66	147,58	766,72
1956	307,72	286,22	140,82	355,41	1.090,17
1957	514,64	331,44	253,78	524,40	1.624,25
1958	593,28	364,47	257,67	831,10	2.046,53
1959	715,18	270,39	307,20	1.322,58	2.615,35
1961	1.949,42	1.252,10	740,87	2.748,67	6.691,07
1962	3.315,94	4.457,88	1.179,27	1.990,60	10.943,69
1963	5.813,91	9.653,39	2.166,64	4.175,90	21.809,83

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

Com o reajuste salarial de 100% para o salário mínimo no ano de 1954, decretado por Getúlio, contra a orientação do Ministro Aranha, aumentou a pressão inflacionária do período.

Esse elevado nível inflacionário pode ser justificado pelo instrumento adotado para financiar os investimentos do Plano de Metas do Governo de Kubitschek de emissão de moedas e o financiamento inflacionário.

Na tabela 6 estão expostos os mesmos dados da tabela 5, mas em porcentagem, para avaliarmos como as políticas do Estado e da União interferiram na composição das despesas do Estado.

Tabela 6: Composição da Despesa de Santa Catarina – 1940 a 1943 e 1950 a 1963**(em %)**

Anos/Categorias	Bem-estar Social	Crescimento	Administração	Outros	Total
1940	39	29	16	16	100
1941	37	33	15	15	100
1942	37	30	14	19	100
1943	39	33	14	14	100
1950	42	26	14	18	100
1951	36	36	12	16	100
1952	39	26	15	20	100
1953	33	30	13	24	100
1954	35	30	14	21	100
1955	34	33	13	20	100
1956	28	26	13	33	100
1957	32	20	16	32	100
1958	29	18	13	40	100
1959	27	10	12	51	100
1961	29	19	11	41	100
1962	30	41	11	18	100
1963	27	44	10	19	100

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

Considerando novamente como se os dados da categoria “Outros” fossem destinados em igual proporção para as demais categorias, serão analisadas as categorias bem-estar social, promoção ao crescimento econômico e administração separadamente.

Os gastos com bem-estar social foram em média 34% do dispêndio total entre os anos analisados. Dentre os itens desta categoria, destacou-se as despesas com educação que compôs 60%, em média, dos gastos sociais.

No governo JK (1956-1961) verificou-se uma queda significativa nos gastos sociais, que em média foram de 29%. Conforme as diretrizes do Plano de Metas implantado pelo Presidente, exigiu-se um empenho maior das contas públicas para investimentos nos setores de transporte, energia e indústria de base. Apesar de o Plano de Desenvolvimento ter também estipulado metas para as áreas sociais de educação e alimentação, estas tinham a importância de apenas 10% do total de investimentos previstos, conforme a tabela 1.

Ao analisarmos a tabela original (Anexo D) das despesas, percebe-se também o aumento da despesa com a dívida pública, que conforme o estipulado entraria no grupo “Outros”. Este tornou proporções maiores a cada ano a partir do governo JK. Em média, tal categoria determinava 25% da despesa total. Porém, entre os anos de 1956 a 1961, essa foi de 40%, chegando a 51% em 1959.

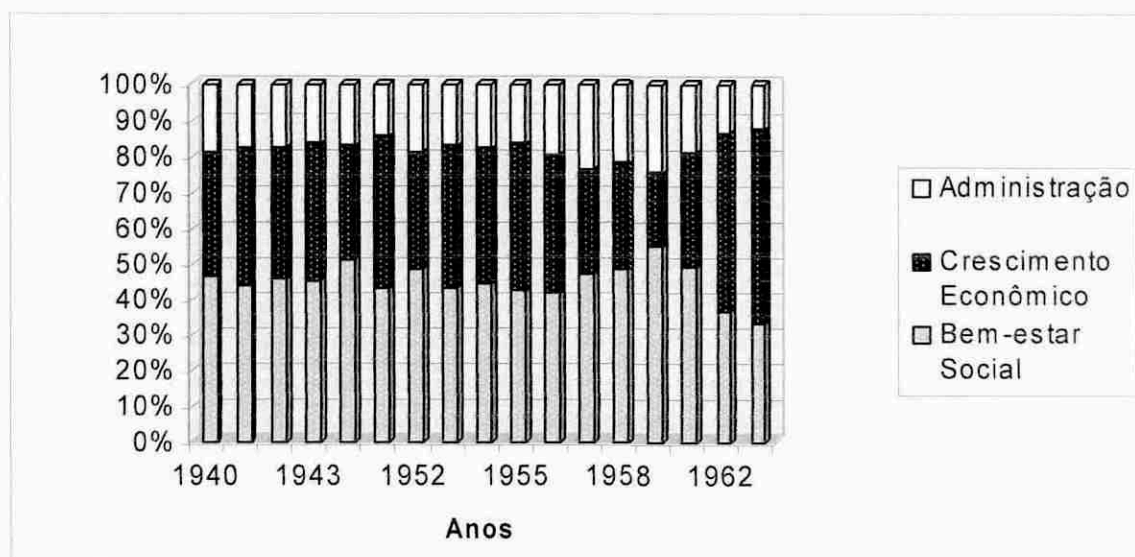
Quanto às despesas de apoio ao crescimento econômico, verificou-se que esta categoria começou a tomar maiores proporções no período do Plano de Metas. Conforme a

tabela 6, o ano em que mais se investiu, quando comparada as demais categorias, foi 1956. Isso foi resultado do POE - “Plano de Obras e Equipamentos”, primeira experiência de planejamento em Santa Catarina, de autoria do Governador Irineu Bornhausen, que em seu último ano de mandato o fez com o intuito de permanecer no cargo. Porém, com a eleição de Heriberto Hülse, o planejamento de dez anos do POE não pode ser concluído. Os investimentos no setor de energia elétrica foram os de maior destaque em Santa Catarina, tendo seu início em 1955 com a criação da Celesc. Pois até então, o abastecimento de energia elétrica constituía-se no principal entrave para a indústria catarinense, como observa Goularti Filho (2002, p.177).

A proporção dos gastos com a administração pública sofreu uma leve redução no período, em torno de 12,7%, se comparada aos 14% do período anterior. Mas verifica-se na tabela 6, que no ano de 1940 essa despesa foi de 16,2% e chegou a 9,9% do total das despesa em 1963. O que confirma a proposição de Rezende, citada na seção anterior de que as despesas com a administração pública tendem a queda no percentual dos gastos totais do governo.

O gráfico 3 mostra as proporções dos gastos com as diferentes atribuições governamentais sem considerar a categoria “outros”. Vista desta forma, os dados da tabela 6 sobre a evolução das despesas fica mais evidente.

Gráfico 3: Composição das Despesas – 1940 a 1943 e 1950 a 1963



Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 6

Percebe-se assim, no período de 1940 a 1963, com exceção dos anos de 1944 a 1949, como foram estáveis as proporções dos gastos com bem-estar social e apoio ao crescimento econômico, tendo em média, 34% o primeiro e 28% o segundo do total de dispêndio estadual. Notou-se também a queda das despesas com a administração pública quando comparada a despesa total do estado.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

A partir da coleta dos dados sobre as despesas de Santa Catarina no período de 1933 a 1963, juntamente com os dados compilados de Brasil (2000), atingiu-se o objetivo primeiro de completar a série histórica das despesas do Estado entre os anos de 1933 e 2007, apesar das adversidades. Diante da possibilidade de compatibilizar os dados das despesas do período de 1933 a 1963, propôs-se separar as despesas conforme as principais atribuições do governo, desenvolvimento social, apoio ao crescimento econômico e administração pública para desenvolver-se a análise conforme essa nova divisão.

Durante o período de atuação do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), sucederam-se diferentes políticas adotadas pelo governo central e que foram seguidas pelos interventores estaduais nomeados pelo Presidente no estado de Santa Catarina.

A estrutura das despesas foi sendo modificada com o lançamento de novos padrões para os balanços das contas do setor público. O Decreto-Lei nº 2.416 de 1940 estipulava uma nova forma para o agrupamento das despesas conforme as funções do governo. Diferentemente do decreto anterior que, estruturava as despesas conforme as secretarias administrativas da época. E por fim, a partir de 1964 com a Lei 4.320/64, as despesas passaram a ser distinguidas pela natureza do bem ou serviço adquirido.

Durante o período de 1930 a 1934, o país passava por um processo de recuperação para minimizar os efeitos da crise de 1929. assim, foi significativo o volume gasto em pagamento do serviço da dívida passiva, principalmente no anos de 1933 e 1939.

No período designado de Estado Novo, entre os anos de 1937 a 1945, a intervenção do Estado na economia aumentava com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico do país. Observou-se em Santa Catarina, principalmente no período temporal de 1937 a 1939 o aumento significativo da categoria de apoio ao crescimento econômico, chegando a 30% do total no ano de 1939.

Outro ponto de relevância que foi levantado na pesquisa foi a predominância das despesas com bem-estar social, em torno de 30% entre os anos de 1930 a 1939 e o aumento destes percentual no período entre 1940 e 1943 e 1950 a 1963, para 34% dos gastos totais.

As despesas com a administração pública foram sendo reduzidas ao longo dos anos analisados, apesar de alguns anos sofrerem aumentos no percentual das despesas totais. No ano de 1936 o dispêndio foi de 20,30%, e chegou a 9,90% no ano de 1963.

O apoio estadual ao crescimento econômico teve maior participação , na década de 30, nos setores de ferrovias e na construção da malha rodoviária de Santa Catarina. Já no intervalo temporal de 1940 a 1963 observou-se os vultosos gastos com os serviços de utilidade pública, tão essenciais para o desenvolvimento da economia.

O dispêndio do estado de Santa Catarina para promover o bem-estar social foi em média de 32% entre os anos de 1933 a 1963 (desconsiderando o intervalo de 1944 a 1948). Esse nível elevado pode ser justificado pelo fato de que os setores que compõem essa categoria eram de maior responsabilidade dos governos estaduais, enquanto os recursos federais eram destinados à investimentos mais significativos de apoio ao crescimento.

Como a análise das despesas do Estado, entre os anos de 1964 e 2007, não pode ser realizada, fica aqui uma sugestão para aqueles que pretendem dar continuação a essa linha de pesquisa para agregar informações quanto às finanças públicas do estado catarinense. Essa incompatibilidade deveu-se ao fato de que diante da proposta de agregar as despesas conforme as atribuições do governo, não foi possível trabalhar com os dados como estão no anexo F, estruturadas conforme a natureza da despesa, de gastos de capital ou gastos correntes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALBUQUERQUE, Roberto C. A questão social: balanço de cinco décadas e agenda para o futuro. In: VELLOSO, João P. R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. (coord.) *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. Pág. 63-177.

ANGELICO, João. *A contabilidade na administração pública*. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1976.

BLANCHARD, Olivier J. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRASIL, Márcia Nunes Burgugi. *Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1964 a 1999*. 2001. 63f. Monografia (Graduação em Economia) . Departamento de Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.416, 17 de julho de 1940. Estabelece a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Legislação Federal.

BRASIL. Lei nº 4.320, 17 de março de 1964. Estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Senado Federal.

CORE, Fabiano Garcia. *Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos*. Madrid, Espanha. IX Congresso Internacional de CLAD sobre Reforma do Estado e da Administração Pública, 2004.

CUNHA, Fernandes Maria Alice DA. *Gasto Social das Três Esferas do Governo*. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 05 de outubro de 2008.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 2. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GUEDES, Kelly; GASPARINI, Carlos. *Descentralização fiscal e tamanho do governo no Brasil*. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, vol. 11 no.2, abril/junho 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 6 de novembro de 2008.

GOULARTI, Filho. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis; Cidade Futura, 2002.

GONÇALVES, Juliana Alice. *Finanças Públicas em Santa Catarina: 1880 a 1929*. 2004 95f. Monografia (Graduação em Economia) . Departamento de Economia - Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GOVERNADORES DE SANTA CATARINA. História de Santa Catarina. Disponível em: < www.sc.gov.br>. Acesso em 9 de outubro de 2008.

KOHAMA, Helio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARIOTTI, Francisco. *As Receitas e Despesas Públicas*. Disponível em <www.unifra.br>. Acesso dia 09 de setembro de 2008.

MELLO, Sílvia Silva Figueira. *Finanças públicas em Santa Catarina no século XIX*. 2003. 80f. Monografia (Graduação em Economia) . Departamento de Economia . Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MIGNONI, Tiago Centenaro. *Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1931 a 1949*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina.

MOTA, Anildon Joaquim. *Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1950 a 1970*. 2002. 73f. Monografia (Graduação em Economia) .Departamento de Economia . Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2002.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. *Finanças públicas: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Campus, 1980. 673p.

OLIVEIRA, Geraldo S. *O que são Finanças Públicas*. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br>. Acesso em 16 de setembro de 2008.

REZENDE, Fernando Antonio. *Finanças públicas*. 2. ed. São Paulo; Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 205 p.

SHAPIRO, Edward. *Análise Macroeconômica*. São Paulo: Atlas, 1994.

SILVA, Fernando Antônio Rezende da. *Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1979.

Lista de governadores de Santa Catarina; disponível em <<http://www.sc.gov.br>>.

SANTA CATARINA. Balanços das Contas dos Exercícios Estaduais 1933 a 1963. Governo Estadual de Santa Catarina. Florianópolis.

SANTA CATARINA. Balanços das Contas dos Exercícios Estaduais 2000 a 2007. Governo Estadual de Santa Catarina. Florianópolis.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Lista de Presidentes do Brasil*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 3 outubro de 2008.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Lista de Governadores de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 9 outubro 2008.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Escola Keynesiana*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 de novembro 2008.

ANEXOS

ANEXO A

Decreto-Lei Nº 2.416 de 1940

Neste anexo apresento alguns tópicos relevantes para a compreensão do Decreto-Lei n. 2.416, que trata sobre o orçamento e apresentação das contas públicas no período de 1940 a 1963.

DECRETO-LEI N. 2.416 – DE 17 DE JULHO DE 1940

Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e Considerando que a 2ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, reunida para verificar o resultado da aplicação do padrão orçamentário e das demais resoluções aprovadas pela 1ª Conferência, fez a revisão das normas constantes do decreto-lei n. 1.904, de 24 de novembro de 1939.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a codificação, anexa a esta lei, das resoluções aprovadas pela 2ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários.

Art. 2º Essa codificação será imediatamente aplicada pelos órgãos competentes de todos os Estados e Municípios, do Distrito Federal e do Território do Acre.

Art. 3º É convocada para a primeira quinzena de maio de 1941 a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, para o prosseguimento dos estudos relativos aos serviços de contabilidade e de administração financeira, cumprindo à Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças dar, desde já, as providências necessárias. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

CODIFICAÇÃO APROVADA PELO DECRETO-LEI N. 2.416, DE 17 DE JULHO DE 1940

TÍTULO I

Do orçamento

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

SEÇÃO 1ª

Disposições preliminares

Art. 1º O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente à receita todos os tributos rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

§ 1º A receita dividir-se-á em ordinária e extraordinária, compreendendo aquela as seguintes categorias:

1ª, receita tributária, abrangendo os impostos e as taxas; 2ª, receita patrimonial; 3ª, receita industrial; 4ª, receitas diversas.

§ 2º A designação de imposto fica reservada para os tributos destinados a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da administração pública, a de taxa, para os exigidos como remuneração de serviços específicos prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, ou ainda para as contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais do Estado ou do Município, provocadas por conveniência de caráter geral ou de determinados grupos de pessoas.

§ 3º A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por unidades administrativas ou por serviços.

§ 4º Para cada unidade administrativa ou serviço haverá dotações distribuídas pelos seguintes elementos fixo Pessoal variável permanente Material de consumo Despesas diversas

§ 5º A discriminação das despesas, feita na conformidade do parágrafo anterior, deverá figurar no corpo do orçamento ou em quadros anexos.

Art. 2º O orçamento observará na sua parte formal o modelo do anexo n. 1, e será acompanhado das demonstrações seguintes:

1ª, demonstração da receita pela sua incidência; 2ª, demonstração da despesa pelo seus elementos nos órgãos administrativos; 3ª, demonstração da despesa pelos seus elementos em cada serviço; 4ª, demonstração da despesa por serviço em cada órgão administrativo.

§ 1º Para a numeração das denominações de receita e despesa, classificada esta por serviços e elementos, fica adotado o sistema decimal, constituindo um código geral e obrigatório, de quatro algarismos, quer para a receita, quer para a despesa, nos termos do anexo n. 2. Esse código será usado de conformidade com instruções expedidas pela Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

§ 2º O código geral não prejudica a adoção de códigos locais, si forem julgados necessários para a discriminação das rubricas da receita e a especificação das dotações da despesa.

Art. 3º A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita prevista e à despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídas de tal proibição:

1º, a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;

2º, a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o "déficit".

§ 1º As denominações da receita devem revelar, e, se possível, precisar a incidência e o seu objetivo.

§ 2º Não serão incluídas na receita as operações de crédito, salvo quanto às importâncias que possam ser previamente fixadas em virtude de contratos.

§ 3º Os totais gerais da receita e da despesa serão balanceados pela quantia que representar a sua diferença e que figurará sob a denominação de "déficit previsto" na coluna da receita, ou de "superávit previsto" na da despesa.

Art. 4º O orçamento será publicado até o dia 30 de novembro do ano anterior ao da sua vigência.

Art. 5º Figurarão no orçamento a receita e a despesa dos serviços industriais, salvo quando autônomos.

Parágrafo único. Os órgãos autônomos elaborarão seus orçamentos da receita e despesa, obedecendo ao padrão previamente estabelecido e aprovado pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 8º O orçamento vigorará de 1 de janeiro a 31 de dezembro, constituindo este período o ano financeiro. Mas o exercício financeiro poderá ter um período adicional de dois meses.

Parágrafo único. Não haverá período adicional para os Municípios, exceto aqueles que, por sua importância e a juízo do governo do Estado e dentro do limite estabelecido neste artigo, dele necessitem.

Art. 9º As despesas empenhadas e as rendas arrecadadas no ano financeiro devem computar-se como pertencentes ao exercício.

Parágrafo único. Os tributos lançados no ano financeiro e as demais rendas não arrecadadas serão escriturados em conta patrimonial.

Art. 10. As dotações orçamentárias e os créditos suplementares perderão a vigência no último dia do ano financeiro. Os créditos especiais cessam também nessa data, salvo quando fixado expressamente maior período de vigência na lei que os houver autorizado.

Parágrafo único. Os créditos extraordinários poderão ter a sua vigência dilatada além do ano financeiro, condicionada aos motivos que houverem determinada a sua abertura.

Art. 11. O Estado e o Município não poderão, sem autorização prévia, respectivamente, do Presidente da República e do Departamento Administrativo, abrir créditos suplementares antes do segundo semestre, ou créditos especiais no decorrer do primeiro trimestre.

§ 1º No caso do art. 17, ou no de calamidade ou necessidade de ordem pública, os créditos extraordinários poderão ser abertos em qualquer mês de exercício e independentemente de autorização prévia, mas devem ser submetidos, a posteriores, a aprovação do Presidente da República, ou do Departamento Administrativo, conforme se trate de crédito do Estado ou do Município.

§ 2º A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 3º Consideram-se recursos disponíveis:

1º, os decorrentes de saldos disponíveis de exercícios anteriores, convenientemente aprovados em balanço;

2º, os provenientes de excesso da arrecadação, previsto por meio de índices técnicos baseados na execução orçamentária;

3º, nos resultantes de real economia, obtida em virtude de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;

4º, o produto de operações de crédito.

Art. 12. A Contadoria Central ou serviço a ela equiparado deverá pronunciar-se quanto à abertura de créditos adicionais, tendo em vista a sua natureza, a existência de recursos disponíveis e a respectiva classificação.

Parágrafo único. Quanto aos Municípios, a abertura de créditos será precedida de parecer do Departamento das Municipalidades, ou outro órgão a que estejam subordinados.

SEÇÃO 2ª

Da prestação e da tomada de contas

Art. 19 Compete aos serviços de contabilidade a fiscalização imediata dos responsáveis pela movimentação dos dinheiros, valores e bens do Estado e do Município ou dos que lhes forem confiados.

§ 1º Além da fiscalização resultante do registro imediato das operações e do exame dos balancetes mensais, haverá tomadas de contas periódicas.

§ 2º O exame da tomada de contas de natureza financeira terá por base a lei orçamentária e a legislação ordinária que lhe disser respeito.

§ 3º O exame dos inventários, na tomada de contas de natureza patrimonial, terá por base a legislação respectiva e as normas de administração e contabilidade.

§ 4º Na tomada de, contas de natureza industrial, proceder-se-á ao exame técnico-industrial além do exame contábil.

Art. 20 O julgamento das contas dos prefeitos será feito anualmente ou, quando for o caso, por período menor, competindo ao Chefe do Executivo Estadual proferi-lo, mediante parecer do Departamento das Municipalidades, ou órgão equivalente.

TÍTULO II

Da Contabilidade

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 21 A escrituração das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á, sempre que possível pelo método de partidas dobradas.

Art. 22 Os trabalhos de encerramento da escrituração de cada exercício serão realizados até o dia 30 de abril; e os balanços e demonstrações anuais, apresentados até 31 de maio. Para o Município esses prazos serão fixados pelo Departamento das Municipalidades, ou órgão equivalente, dentro dos limites estabelecidos para o Estado.

Art. 23 A Contadoria Central, ou órgão equivalente, deverá pronunciar-se, quando necessário ou por ordem superior, sobre a propriedade da classificação da despesa e, quando solicitada, a respeito de quaisquer outras questões pertinentes à sua realização.

Art. 24 Serão apuradas as isenções tributárias de caráter individual, concedidas por lei, e registradas em contas de compensação, que serão encerradas em cada exercício.

Art. 25 As operações decorrentes de serviços especiais prestados pela administração em benefício de terceiros, mediante contribuição dos interessados, poderão ser objeto de contabilidade autônoma.

Art. 26 Todos os contratos em que o Estado for parte, e dos quais derivem responsabilidades financeiras, serão registrados pela Contadoria Central, ou órgão equivalente.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 27 Os serviços de contabilidade do Estado serão orientados, superintendidos e centralizados por um órgão único, com o caráter de Contabilidade Central, quando convier, ou de forma equivalente. Os do Município, por uma repartição especial subordinada diretamente ao Prefeito, ou, onde houver, ao departamento municipal de fazenda.

§ 1º Os serviços a que se refere este artigo serão dirigidos por contadores de capacidade comprovada, ou pelos funcionários que, na data do decreto-lei n. 1.535, de 23 de agosto de 1939, estivessem exercendo satisfatoriamente tais funções. Nos municípios para os quais não seja possível obter contadores nas condições deste parágrafo, serão tais serviços executados por pessoas julgadas capazes, em concurso de provas, pelo Departamento das Municipalidades, ou órgão equivalente.

§ 2º Haverá, subordinados tecnicamente ao órgão central, serviços de contabilidade em todas as repartições arrecadoras, pagadoras, serviços industriais e quaisquer outros em que se administrem dinheiros, bens, direitos e obrigações do Estado.

CAPÍTULO III

DA ESCRITURAÇÃO

SEÇÃO 1ª

Operações orçamentárias

Art. 28 Os serviços de contabilidade registrarão a receita arrecadada, de conformidade com as especificações das leis orçamentárias, abrindo contas para os encarregados da arrecadação, de forma que seja fixada a respectiva responsabilidade pelo movimento de numerário.

Parágrafo único. No registro da receita lançada haverá, sempre que possível, a relação nominal dos devedores, cumprindo aos responsáveis por esses serviços acompanhar a liquidação das contas e providenciar para que sejam compelidos ao pagamento os que se acharem em mora.

Art. 29 Os serviços de contabilidade registrarão as operações da despesa nas fases de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com as especificações das leis orçamentárias e tabelas explicativas.

Art. 30 O registro dos "Restos a Pagar" far-se-á especificadamente, por exercícios e por credores, respeitado o disposto no art. 36.

SEÇÃO 2ª

Operações extraorçamentárias

Art. 31 As operações da dívida fundada serão escrituradas com a individuação e especificações convenientes, fazendo-se demonstrações mensais das operações realizadas. Registrar-se-ão em contas distintas os juros totais vencidos, as despesas de emissão, os resgates totais e os pagamentos parcelados.

Art. 32 Também serão escrituradas com a individuação necessária e as especificações convenientes as operações da dívida flutuante, registrando-se os juros totais devidos e os pagos.

Art. 33 Para efeito de escrituração, os depósitos classificam-se em:

1º, especializadas (Caixas Econômicas, Cofre de Órfãos, Depósitos Públicos, Bens de Ausentes, etc.);

2º, de Diversas Origens, com as subcontas necessárias.

CAPÍTULOS IV

DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL INDUSTRIAL

Art. 34. O Estado e o Município deverão fazer o levantamento geral do seu patrimônio, mediante inventário analítico, na sede de cada repartição, ou serviço, e registro sintético nas contabilidades respectivas.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais do Estado e do Município distinguem-se:

1º, pela sua natureza;

2º, em relação a cada serviço.

Art. 35 As contabilidades anotarão, para fins orçamentários e para a determinação dos devedores, as rendas patrimoniais, fiscalizando a efetivação das mesmas.

Art. 36 Periodicamente será feita a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes. Na prestação geral de contas de cada exercício será incluído o inventário de todos os bens e créditos, públicos.

Art. 37 Os créditos do Estado e do Município serão escriturados com a individuação e especificação convenientes, registrando-se os juros totais vencidos e os recebidos.

Art. 38 As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução, e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos para escriturar a conta do patrimônio.

Art. 39 Os serviços industriais do Estado e do Município, além da escrituração patrimonial e financeira comum a todos os departamentos, manterão contabilidade especial para a demonstração do custo e do resultado e fiscalização das operações de caráter técnico.

Art. 40 As contas de exercício dos serviços industriais devem desdobrar-se da seguinte maneira:

1º, balanço de receita e despesa, com indicação da execução orçamentária;

2º, balanço especial, com indicação do resultado respectivo;

3º, balanço de ativo e passivo;

4º, demonstração analítica e historiada das parcelas desses ba-

CAPÍTULO V

DO BALANÇO

SEÇÃO 1ª

Disposição preliminar

Art. 41 Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no balanço financeiro, no balanço patrimonial na demonstração da conta patrimonial, elaborados na conformidade dos modelos ns. 3, 4 e 5.

SEÇÃO 2ª

Do balanço patrimonial

Art. 42 O balanço patrimonial compreenderá:

1º, o ativo financeiro; 2º, o ativo permanente; 3º, o ativo compensado; 4º, o passivo financeiro; 5º, o passivo permanente; 6º, o passivo compensado.

§ 1º O ativo financeiro compreenderá o" valores numerários e os créditos movimentáveis, independentemente de autorização legislativa especial, tais como dinheiro, em cofre, depósitos bancários, títulos e valores alienáveis por meio de endosso ou simples tradição manual, etc.

§ 2º O passivo financeiro abrangerá os compromissos exigíveis, provenientes de operações que devam ser pagas independentemente de autorização orçamentária ou créditos, tais como: Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Fundos para o Serviço da Dívida, etc

§ 3º O ativo permanente compreenderá os bens ou créditos não incluídos no ativo financeiro, tais como:

1º, os valores móveis ou imóveis que se integram no patrimônio como elementos instrumentais da administração e os bens de natureza industrial;

2º, os que, para serem alienados, dependam de autorização legislativa especial;

3º, todos aqueles que, por sua natureza, formem grupos especiais de contas que, movimentadas, determinam compensações perfeitas dentro do próprio sistema do patrimônio permanente ou produzam variação no patrimônio financeiro e no saldo econômico;

4º, a dívida ativa, originada de tributos e créditos estranhos ao ativo financeiro.

§ 4º O passivo permanente abrangerá os débitos não incluídos no passivo financeiro, tais como:

1º, as responsabilidades que, para serem pagas, dependam de consignação orçamentária ou de autorização legislativa especial;

2º, todas aquelas que, por sua natureza, formem grupos especiais de contas, cujos movimentos determinem compensações perfeitas dentro do próprio sistema do patrimônio permanente ou que produzam variações no patrimônio financeiro e no saldo econômico.

§ 5º As contas de compensação do Ativo e Passivo compreenderão as parcelas referentes ao registro de garantias dadas e recebidas em virtude de contratos, aos valores nominais emitidos, etc.

§ 6º Não se incluem entre os valores patrimoniais, para efeito de balanço geral:

1º, os bens de uso comum ou de domínio público, por não possuírem valor de permuta;

2º, o valor do domínio direto, nos casos de enfiteuse;

3º, as reservas técnicas para aposentadorias e pensões de funcionários, salvo as que forem recolhidas pelos respectivos interessados mediante contribuições previamente estabelecidas, ou que constituam fundos pertencentes a instituições para-estatais de previdência, aposentadorias e pensões.

SEÇÃO 3ª

Da avaliação dos elementos patrimoniais

Art. 43 A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1º O ativo e passivo financeiros figurarão pelos seus valores reais na data do balanço, convertidos os valores em espécie e os dos débitos e créditos em moeda estrangeira à taxa de câmbio oficial vigente na mesma data.

§ 2º O ativo e passivo permanentes figurarão no balanço da seguinte forma:

1º, os débitos e os créditos, pelos respectivos valores nominais, convertidos, quando em moeda estrangeira, às taxas do câmbio ao par correspondentes a 27 d.;

2º, os bens móveis e imóveis, pelos seus respectivos valores históricos.

Para efeito do item 2 será considerado como valor histórico o constante dos balanços atuais ou o da avaliação dos que, já existentes, vierem a ser incorporados. No caso de alienação, os bens móveis e imóveis deverão ser objeto de nova avaliação para estabelecer seu valor venal.

§ 3º Os valores em espécie e os dos débitos e créditos em moeda estrangeira deverão figurar ao lado das importâncias inscritas em moeda nacional, de acordo com as normas estabelecidas.

§ 4º As variações resultantes da atualização dos valores em espécie e da conversão dos débitos e créditos em moeda estrangeira às taxas de câmbio estabelecidas nas normas anteriores serão levadas a uma conta de "Conversão de Espécie", encerrada no fim de cada exercício mediante a transferência para a conta de "Patrimônio".

OBS. Os Decretos-Lei nº 1.804/39 e 2.416/40 estão disponíveis, em versão completa, no endereço eletrônico do Senado da República do Brasil (www.senado.gov.br).

Anexo B

Artigo 12 da Lei 4.320/64

A própria Lei 4.320/64, em seu artigo 12 que trata da classificação econômica da despesa, apresenta considerações sobre os grupos de contas.

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes às dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 4º Classificam-se como investimentos às dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras às dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

§ 6º São Transferências de Capital às dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Anexo C – Despesas do Estado de Santa Catarina, 1933 a 1939

Ano	1933	1934	1935	1936
Unidade Monetária	(Réis)			
Secretaria do Interior				
Presidência do Estado	54:000\$000	54:000\$000	59:666\$700	64:143\$500
Gabinete do Presidente	30:812\$600	32:366\$500	32:479\$600	25:363\$100
Palácio da Presidência	19:934\$700	20:869\$800	19:981\$700	24:221\$500
Assembléia Legislativa	—	—	556:600\$000	33:3875\$000
Secretaria da Assembléia Legislativa	16:230\$400	14:280\$000	42:129\$200	42:864\$800
Poder Judiciário	1.144:052\$400	1.223:037\$350	1.289:236\$300	1.493:668\$000
Gabinete do Secretário do Interior	42:035\$200	—	77:522\$800	(**)77.034\$100
Diretoria do Interior e Justiça	44:202\$600	48:284\$700	49:595\$500	47:680\$000
Instrução Pública	2.929:306\$700	3.702:438\$600	4.208:596\$600	4.755:426\$600
Saúde Pública	384:089\$900	400:695\$700	401:786\$500	465:285\$900
Segurança Pública	343:690\$000	383:029\$100	414:\$00067	—
Penitenciária	159:343\$100	174:144\$500	214:224\$200	269:696\$300
Força Pública	1.896:213\$300	1.759:728\$500	2.375:190\$900	—
Corpo de Bombeiros	88:798\$800	89:071\$900	89:434\$200	—
Serviço de Vigilância Contestado*	—	291:195\$900	—	—
Biblioteca Pública	26094\$9	25:088\$400	27:675\$100	30:120\$900
Arquivo Público	22:654\$300	—	—	—
Imprensa Oficial	—	—	238:974\$900	336:788\$400
Estatística Geral do Estado	14:142\$900	—	—	—
Créditos Especiais	836\$700	281:987\$500	10.115:305\$200	86:147\$800
Subtotal	7.259:424\$900	8.552:134\$650	20.216:066\$400	8.052:315\$900
Secretaria da Segurança Pública				
Secretaria da Segurança Pública	—	—	—	392:523\$600
Força Pública	—	—	—	2.409:257\$600
Corpo Bombeiros	—	—	—	82:258\$100
Cadeias	—	—	—	163:856\$600
Créditos Especiais	—	—	—	196:740\$200
Subtotal	—	—	—	3.244:636\$100
Secretaria da Fazenda				
Secretaria da Fazenda	61:751\$100	70:580\$600	74:052\$500	71:674\$100
Tesouro do Estado	1.295:656\$830	1.300:882\$200	1.444:938\$700	1.571:626\$800
Contadoria Geral do Estado	—	—	90:901\$400	89:181\$400
Serviço de Inspeção de Fazenda	28:120\$800	78:482\$000	82:597\$900	211:173\$400
Diretoria de Obras Públicas	528:571\$900	499:924\$800	397:688\$400	—
Diretoria de Terras e Colonização	120:400\$000	144:300\$400	133:236\$100	141:120\$500
Diretoria de Estradas de Rodagem	1.804:601\$300	1.616:012\$700	1.712:664\$900	—
Serviço de Exp. Agrícola e Pastoril	205:988\$100	190:206\$600	180:761\$300	233:587\$800
Serviço de Força e Luz	—	—	167:139\$500	—
Junta Comercial	13:162\$700	13:187\$800	13:231\$000	19:743\$600
Iluminação Pública	73:993\$500	73:992\$500	—	—
Pessoal Inativo	400:258\$500	421:487\$000	486:648\$000	673:476\$200
Correspondência Postal e Telegráfica	140:991\$600	142:301\$300	159:446\$400	162:548\$000
Impressão e Publicação	—	31:867\$400	25:411\$300	43:779\$700
Despesas Diversas	91:683\$300	90:206\$500	78:466\$700	119:324\$100
Despesas Eventuais	74:847\$100	95:017\$600	59:558\$300	212:314\$800
Aplicação da Renda Especial	430:840\$200	465:798\$500	483:321\$300	553:734\$000

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1933 a 1939

(Continuação)

Ano	1933	1934	1935	1936
Unidade Monetária	(Réis)			
Aplicação Saldo Exercício Anterior	—	—	—	—
Serviço da Dívida Passiva	6.075:940\$900	1.171:262\$700	756:774\$800	—
<i>Créditos Especiais</i>	—	16.195:698\$500	6.521:560\$300	10.842:837\$700
Subtotal	11.413:956\$100	22.571:898\$200	12.868:398\$800	14.946:122\$100
Secr. da Viação e Obras Públicas				
Secr. da Viação e Obras Públicas	—	—	—	40:847\$500
Diretoria de Obras Públicas	—	—	—	1.152:760\$100
Diretoria de Estradas e Rodagem	—	—	—	3.980:253\$700
Despesas por Créditos Especiais	—	—	—	—
Subtotal	—	—	—	5.173:861\$300
<i>Restos a Pagar</i>	212:754\$500	15.869:172\$000	—	—
<i>Suprimentos</i>	251:970\$39400	374:714\$494	—	—
<i>Estrada de Ferro SC</i>	1.251:466\$700	1.785:117\$400	30:534\$500	30:812\$600
<i>Empréstimos</i>	—	—	—	—
<i>Depósitos Especiais do Estado</i>	—	—	—	—
<i>Saldo para o mês de Janeiro</i>	—	—	—	—
	1.716:191\$594	18.029:003\$894	30:534\$500	30:812\$600
Depósitos				
Montepio dos F. P. do Estado	904:123\$600	1.713:392\$100	1.193:847\$400	1.505:846\$200
Fundo Escolar	86:343\$558	121:068\$600	145:964\$350	13:436\$900
Fundo para Obras Cais	348:351\$800	361:246\$400	281:541\$900	461:648\$000
Fundo para custeio	210:051\$060	21:950\$060	—	—
Fundo para o Serviço de Estatística	4:315\$400	3.615 \$700	—	—
Depósitos de diversas origens	562:683\$124	640:021\$500	544:006\$200	1.200:940\$000
Dep. Div. Orig. nas Repart. Fiscais	249:030\$310	245:47\$250	194:857\$644	192:973\$700
Consignações	80:645\$500	78:094\$400	125:293\$000	116:498\$300
	2.445:544\$352	3.184:736\$010	2.485:510\$494	3.491:343\$100
Saldo para próximo Exercício				
Na Tesouraria	62:671\$906	(*)2.802.201\$106	486:337\$600	485:187\$500
Em Bancos	14.637:741\$260	—	1.006:251\$800	2.191:858\$800
Em poder de responsáveis	122:444\$968	—	19:386\$300	17:615\$800
Nas Repartições Fiscais	22:990\$013	173:786\$113	615:858\$369	905:697\$800
	14.846:848\$147	2.975:987\$219	2.127:834\$769	3.600:359\$900
TOTAL	37.639:978\$723	55.313:759\$478	27.628:083\$063	38.508:638\$400

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1933 a 1939

(Continuação)

Ano	1937	1938	1939
Unidade Monetária	Real (Réis)		
Secretaria do Interior			
Presidência do Estado	63:713\$700	60:000\$000	65:467\$700
Gabinete do Presidente	32:899\$100	44:349\$200	49:892\$800
Palácio da Presidência	28:521\$700	28:254\$700	33:491\$600
Assembléia Legislativa	326:862\$300	—	—
Secretaria da Assembléia Legislativa	47:800\$000	40:355\$600	32:754\$500
Poder Judiciário	1.606:215\$200	2.119:447\$800	2.64:238\$000
Gabinete do Secretário do Interior	(**)80:510\$500	74:915\$000	90:674\$900
Diretoria do Interior e Justiça	50:408\$800	57:915\$000	67:515\$800
Instrução Pública	5.854:876\$100	6.107:874\$800	—
Saúde Pública	451:625\$400	1.346:001\$800	1.476:238\$200
Penitenciária	268:306\$300	460:857\$100	857:126\$600
Educação	—	—	7.006:596\$600
Biblioteca Pública	33:399\$000	31:979\$100	49:253\$800
Imprensa Oficial	339:423\$200	377:551\$800	543:765\$000
Estatística Geral do Estado	—	218:856\$000	304:304\$800
<i>Créditos Especiais</i>	247:880\$500	—	—
Subtotal	9.432:441\$800	10.967:759\$000	12.427:015\$500
Secretaria da Segurança Pública			
Secretaria da Segurança Pública	372:610\$300	408:133\$600	780:195\$900
Força Publica	2950:498\$800	3.160:180\$500	3549:037\$600
Corpo Bombeiros	82:289\$000	96:518\$300	105:399\$900
Cadeias	146:132\$000	157:052\$800	167:881\$800
<i>Créditos Especiais</i>	—	—	—
Subtotal	3.551:530\$100	3.821:885\$200	4.602:515\$200
Secretaria da Fazenda	(***)		
Secretaria da Fazenda	73:391\$100	84:215\$700	94:047\$200
Tesouro do Estado	2.100:478\$400	2.231:447\$100	2.656:597\$400
Contadoria Geral do Estado	100:351\$400	108:337\$400	181:257\$600
Serviço de Inspeção de Fazenda	—	—	—
Diretoria de Obras Públicas	—	—	—
Diretoria de Terras e Colonização	164:741\$400	160:858\$200	168:361\$900
<i>Diretoria de Estradas de Rodagem</i>	—	—	—
Serviço de Exp. Agrícola e Pastoril	552:372\$900	593:980\$100	858:082\$200
Serviço de Força e Luz	—	—	—
Junta Comercial	18:760\$200	18:963\$400	22:499\$100
Departamento de Estatística	120:229\$900	—	—
Pessoal Inativo	931:456\$100	1.101:52700	1.168:756\$000
Correspondência Postal e Telegráfica	172:852\$700	226:993\$200	248:455\$300
Impressão e Publicação	43:674\$400	77:637\$300	60:083\$300
Despesas Diversas	148:877\$300	137:051\$200	181:531\$400
Despesas Eventuais	150:498\$200	452:269\$000	514:232\$900
Aplicação da Renda Especial	1.356:808\$700	391:735\$400	422:143\$400
Serviço da Dívida Passiva	1.092:368\$100	1.943:244\$00	4.362:308\$525
<i>Créditos Especiais</i>	7.289:663\$540	—	—
Subtotal	14.316:524\$140	7.528:259\$000	10.938:356\$230

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1933 a 1939

(Continuação)

Ano	1937	1938	1939
Aplicação Saldo Exercício Anterior	—	—	343:787\$910
Secr. da Viação e Obras Públicas			
Secr. da Viação e Obras Públicas	54:809\$300	72:249\$800	78:755\$800
Diretoria de Obras Públicas	1.677:654\$900	3.081:431\$300	3.835:243\$400
Diretoria de Estradas e Rodagem	4.840:424\$800	4.754:984\$100	6.479:250\$400
Despesas por Créditos Especiais	—	4.399:131\$600	647:295\$300
Subtotal	6.572.889,00	12.307:796\$800	11.040:543\$900
	1937	1938	1939
<i>Restos a Pagar</i>	99:640\$700	113:691\$600	115:407\$145
<i>Suprimentos</i>	—	—	—
<i>Estrada de Ferro SC</i>	6:064\$600	1:654\$600	—
<i>Empréstimos</i>	—	2.986:260\$900	—
<i>Depósitos Especiais do Estado</i>	—	4.383:342\$500	4.082:640\$000
<i>Saldo para o mês de Janeiro</i>	—	4.747:773\$530	5.786:848\$140
	105:705\$300	12.232:728\$130	9.984:895\$280
Depósitos			
Montepio dos F. P. do Estado	1.651:373\$300	1.660:069\$100	1.715:270\$300
Fundo Escolar	—	552:691\$900	—
Fundo para Obras Cais	530:593\$800	—	—
Fundo para custeio	—	—	—
Fundo para o Serviço de Estatística	—	—	—
Depósitos de diversas origens	2.041:401\$000	2.794:028\$900	598:554\$600
Dep. Div. Orig. nas Repart. Fiscais	217:000\$800	281:687\$800	81:324\$700
Consignações	133:528\$900	118:082\$800	136:930\$200
	4.584:206\$800	5.288:477\$700	2.532:079\$800
Saldo para próximo Exercício			
<i>Na Tesouraria</i>	343:872\$4600	(****)	
<i>Em Bancos</i>	48.96:145\$440	(****)	568:142\$850
<i>Em poder de responsáveis</i>	160:166\$900	(****)	
<i>Nas Repartições Fiscais</i>	1.077:125\$500	(****)	
	6.477:260\$300	(****)	568:142\$850
TOTAL	45.038:786\$040	(****)	52.440:336\$570

(*) Na Tesouraria e nos Bancos do Brasil e Nacional do Comércio

(**) Gabinete do Secretário do Interior e Justiça

(***) A partir de 1937 a Secretaria da Fazenda passa a ser Secretaria da Fazenda e Agricultura

(****) Departamento de Estatística

(*****) Valores Rasurados

Fonte: Balanço Geral do Estado, Diário Oficial de Santa Catarina. Dos anos de 1934 a 1940.

Anexo D – Despesas do Estado de Santa Catarina, 1940 a 1963

Ano	1940	1941	1942	1943	...	1950	1951	1952	1953	1954
Unidade Monetária	Réis		Cr\$							
DESPESA ORÇAMENTÁRIA										
Ordinária										
Por serviços:										
Administração Geral	3.780:118:\$900	3.759:962\$000	4.115.275,10	4.527.195,00		18.824.304,80	22.159.818,20	28.901.740,70	34.474.281,20	41.001.198,30
Exação e Fiscalização Financeira	2.604:297\$500	2.784:830\$400	2.764.837,10	2.977.024,10		11.074.062,00	12.098.862,30	17.166.894,90	22.711.932,00	30.676.771,00
Serviço de Segurança Pública e Assist. Social	5.726:772\$200	5.919:535\$500	6.385.332,50	7.401.969,00		23.365.099,00	26.889.817,70	36.684.463,20	38.322.630,70	50.253.577,40
Serviços de Educação Pública	7.792:079\$500	8.182:527\$300	8.841.764,80	10.119.945,40		65.166.054,20	56.055.002,50	72.335.799,30	81.689.472,90	120.082.252,50
Serviços de Saúde Pública	1.847:658\$700	2.103:229\$700	2.738.758,00	3.819.759,80		15.375.828,50	18.663.291,60	22.391.398,70	23.622.644,10	29.715.264,30
Fomento	893:807\$700	932:816\$700	1.018.924,70	1.166.686,10		6.263.125,20	6.241.702,30	9.894.297,10	8.824.892,90	11.067.365,00
Serviços Industriais	544:209\$900	824:969\$100	719.937,40	1.197.347,80		5.712.399,60	6.414.136,40	8.073.773,80	9.654.334,00	12.384.161,30
Serviços da Dívida Pública	3.645:196\$300	4.032:484\$900	3.936.098,80	3.817.095,20		8.846.359,90	11.641.114,50	16.445.796,90	19.521.871,10	21.174.376,60
Serviços da Utilidade Pública	10.211:700\$000	12.799:176\$700	11.488.181,20	13.767.766,30		52.035.674,20	65.397.920,50	68.918.905,70	100.481.396,00	146.884.723,80
Encargos Diversos	2.469:742\$200	2.992:052\$000	2.988.902,90	3.439.752,50		36.927.131,90	34.798.288,80	44.958.039,00	59.133.122,9	72.447.594,90
	39.515.582\$900	44.331:584\$300	44.998.012,50	52.234.541,20		243.590.039,30	260.359.954,80	325.771.109,30	398.436.577,80	535.687.285,10
CRÉDITOS ESPECIAIS										
Por serviços:										
Administração Geral	2:290\$400	98:289\$000	8.154,10	144.875,50		5.922.889,00	1.380.013,50	2.288.336,90	1.686.224,10	9.915.993,60
Exação e Fiscalização Financeira	18:213\$000	—	—	—		238.723,40	1.569.953,30	3.325.615,40	3.044.153,50	3.332.919,60
Serviço de Seg. Pública e Assist. Social	—	195:988\$500	153.989,80	153.829,00		410.000,00	1.761.970,90	94.739,70	1.836.876,10	6.349.968,20
Serviços de Educação Pública	—	1:602\$200	43.936,00	101.283,00		—	6.242.415,30	50.000,00	1.838.527,30	1.380.450,80
Serviços de Saúde Pública	92:877\$100	31:800\$000	370.459,20	745.610,40		—	—	322.500,00	320.086,00	815.952,90
Fomento	—	—	—	85.834,00		—	479.900,00	1.410.000,00	1.838.038,80	50.000,00
Serviços Industriais	—	5:487\$000	2.340,00	—		50.640,40	—	494.821,60	—	—
Serviços da Dívida Pública	—	—	1.723.027,40	203.166,00		205.262,80	1.891.681,30	3.180.545,90	2.964.911,40	2.495.597,20
Serviços da Utilidade Pública	9:186\$700	140:004\$100	1.528.546,30	2.345.363,70		—	31.213.537,70	150.000,00	12.471.180,30	10.220.722,70
Encargos Diversos	32:000\$000	162:849\$600	611.219,50	273.676,40		140.000,00	3.272.079,30	1.072.700,70	26.321.968,80	23.449.484,20
	154:567\$200	636:020\$400	4.441.672,30	4.053.638,00		6.967.515,60	47.811.551,30	12.389.260,20	52.321.966,30	58.011.089,20

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1940 a 1963

(Continuação)

Ano	1940	1941	1942	1943	...	1950	1951	1952	1953	1954
Unidade Monetária	Réis		Cr\$			Cr\$				
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA										
Aplicação saldo Exercício anterior	3.100.426\$200	847.716\$400	2.464.471,60	4.819.492,50		—	—	—	—	—
Restos a pagar (pagos no ano)	172.471\$400	80.716\$100	101.959,30	176.630,60		392.914,60	10.689.749,30	9.109.194,60	1.211.883,50	1.686.754,50
Resp. c/ do Exercício										
Depósitos:										
Especiais do Estado	2.954.152\$700	2.566.770\$000	1.239.601,80	672.796,94		3.760.072,80	31.230.040,50	42.120.735,20	28.658.526,70	17.185.585,60
De Contas Alheias	2.918.410\$300	3.420.193\$900	5.166.690,70	5.312.335,60		24.413.158,80	35.633.543,20	26.273.103,60	29.528.150,50	31.300.849,30
De Diversas Origens	—	—	—	—		14.315.555,10	28.584.608,10	11.349.312,00	—	—
	9.145.460\$600	6.915.396\$400	8.972.723,40	10.981.255,64		42.881.701,30	106.137.941,10	88.852.345,40	59.398.560,70	50.173.189,40
Subtotal	48.815.610\$700	51.883.001\$100	58.412.408,20	67.269.434,84		371.848.078,60	414.309.447,20	427.014.666,90	510.159.057,80	643.873.517,70
Saldo para o seguinte exercício										
Em Caixa	462.205\$490	2.322.269\$090	1.861.419,39	2.555.629,64		3.422.377,10	1.985.057,70	(*)	3.581.189,00	22.443.898,00
Em Bancos	3.383.398\$700	1.521.375\$800	7.869.153,20	16.227.972,50		10.066.385,70	5.635.262,20		46.007.243,80	27.372.497,80
Em Repartições Fiscais	9.766\$900	287.219\$900	6.508,00	24.178,80		10.768,90	8.884.788,40			416.682,50
Em Poder de Responsáveis	—	48.218\$700	—	—		358.827,10	193.489,90		1.388.547,20	—
	3.855.371\$090	4.179.083\$490	9.737.080,59	18.807.780,94		13.858.358,80	16.698.598,20	(*)	50.976.980,00	50.233.078,30
TOTAL	52.670.981\$790	56.062.084\$590	68.149.488,79	86.077.215,78		307.299.565,00	431.008.045,40	(**)427.014.666,90	561.136.037,80	694.106.596,00

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1940 a 1963

(Continuação)

Ano	1955	1956	1957	1958	1959	1961	1962	1963
Unidade Monetária	Cr\$							
DESPESA ORÇAMENTÁRIA								
Ordinária								
Por serviços:								
Administração Geral	62.060.534,30	82.286.093,20	158.157.431,70	150.795.954,00	179.242.185,00	466.465.238,20	697.380.247,90	1.257.438.274,00
Exação e Fiscalização Financeira	35.182.326,20	44.073.064,70	82.242.229,30	85.537.277,10	(*)11952278,3	263.091.024,80	472.823.208,30	881.155.074,20
Serv. de Seg. Pública e Assist. Social	67.666.887,30	80.759.452,00	123.793.980,20	139.831.759,00	(*)1868029,4	469.222.644,60	745.851.455,80	1.301.118.757,90
Serviços de Educação Pública	142.466.436,40	167.049.957,80	302.789.681,80	351.774.914,10	409.023.169,00	1.168.962.132,00	2.072.404.291,60	3.556.255.162,20
Serviços de Saúde Pública	51.624.135,60	58.504.140,30	85.926.233,40	100.303.523,40	133.853.141,00	311.240.160,10	496.074.368,40	904.254.300,30
Fomento	28.718.561,20	47.267.554,20	66.303.918,70	84.024.970,70	91.645.199,00	185.003.338,70	313.484.000,90	854.034.603,10
Serviços Industriais	20.374.200,10	45.387.004,10	29.516.703,90	37.048.176,80	65.437.350,60	135.701.201,50	280.159.110,70	582.981.975,80
Serviços da Dívida Pública	22.302.452,70	22.131.594,30	21.605.684,60	23.574.897,60	34.468.031,80	17.082.005,50	29.740.442,90	35.512.920,70
Serviços da Utilidade Pública	190.770.814,40	183.808.296,20	219.452.883,50	240.940.261,90	113.289.449,40	847.501.830,00	3.798.773.514,20	7.889.546.807,90
Encargos Diversos	111.912.415,60	290.657.562,10	479.785.843,70	630.475.248,00	733.440.467,80	1.100.629.238,20	1.799.570.451,80	3.247.527.550,20
	733.078.763,80	1.021.924.718,90	1.569.574.590,80	1.844.306.982,60	2.050.219.241,50	4.964.898.813,60	10.706.261.092,50	20.509.825.426,30
CRÉDITOS ESPECIAIS								
Por serviços:								
Administração Geral	1.128.565,00	9.392.694,90	4.120.373,00	6.786.652,30	6.178.985,50	9.154.463,60	9.064.580,00	28.042.841,40
Exação/Fiscalização Financeira	4.293.755,10	5.064.455,90	9.257.835,50	14.546.907,60	2.825.624,60	2.166.124,30	—	—
Serv. de Seg. Pública e Assist. Social	306.072,50	108.050,00	100.000,00	950.000,00	897.000,00	—	—	30.364.516,10
Serviços de Educação Pública	1.238.800,00	1.050.000,00	2.002.020,40	242.270,00	516.000,00	—	1.106.659,20	—
Serviços de Saúde Pública	280.000,00	250.000,00	30.000,00	180.000,00	28.000,00	—	500.000,00	21.916.800,00
Fomento	600.000,00	7.583.522,10	16.163.140,10	2.300.000,00	14.796,00	2.500.000,00	29.000.000,00	1.500.000,00
Serviços Industriais	12.427.267,60	2.175.228,60	—	157.000,00	—	—	—	—
Serviços da Dívida Pública	2.689.749,40	5.221.577,80	5.460.414,10	18.004.990,70	14.512.163,60	53.057.929,40	132.804.794,70	854.726.763,30
Serviços da Utilidade Pública	—	—	—	4.860,00	—	81.397.417,10	36.465.510,10	325.321.821,00
Encargos Diversos	10.674.664,80	37.402.187,40	17.547.596,60	159.046.556,10	540.155.526,90	1.577.901.450,00	28.488.964,00	38.136.440,60
	33.638.874,40	68.247.716,70	54.681.379,70	202.219.236,70	565.128.096,60	1.726.177.384,40	237.430.508,00	1.300.009.182,40

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1940 a 1963

(Continuação)

Ano	1955	1956	1957	1958	1959	1961	1962	1963
Unidade Monetária	Cruzeiro (cr\$)							
DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA								
Aplicação saldo Exercício anterior		—	—	—	—	—	—	—
Restos a pagar (pagos no ano)	2.538.344,70	3.745.950,00	10.084.079,40	19.478.794,80	35.835.432,30	106.365.757,80	38.717.845,30	771.180.514,30
Resp. c/ do Exercício								
Depósitos:								
Especiais do Estado	21.404.483,40	8.244.614,50	37.398.814,40	19.933.473,80	(*)	12.551.176,50	70.029.544,80	690.996.848,60
De Contas Alheias	42.247.417,30	—	—	—		—	—	—
De Diversas Origens	—	72.000.456,60	75.885.604,10	183.352.402,30	(*)	993.072.735,90	615.531.007,40	622.900.970,50
Montepio do Funcionário Público	—	23.254.123,60	27.618.539,70	53.028.741,40	(*)	135.521.709,80	218.885.210,30	—
Instituto Previdência do Estado	—	—	—	—		—	—	548.045.156,30
Obrigações do Tesouro	—	—	—	—		—	—	240.730.000,00
Consignatórios	—	—	—	—		—	—	100.500.118,70
	66.190.245,40	107.245.144,70	150.987.037,60	275.793.412,30	439.133.064,20	1.247.511.380,00	943.163.607,80	
Subtotal	832.909.838,60	1.197.419.536,30	1.775.244.965,10	2.322.321.589,60	(*)	7.938.589.539,00	11.886.855.208,30	24.784.190.180,10
Saldo para o seguinte exercício								
Em Caixa	42.555.742,30	1.477.735,30	6.437.603,90	2.118.676,30	(*)	109.197.992,10	8.909.528,50	33.198.743,90
Em Bancos	42.812.022,10	129.453.624,20	109.206.450,30	39.947.401,20	(*)	112.564.699,70	1.483.166.941,10	1.302.690.771,40
Em Repartições Fiscais	668.383,70	—	—	—		—	—	—
Em Poder de Responsáveis	—	658.585,60	2.758.463,60	4.317.871,60	(*)	13.865.215,70	21.422.406,60	360.204.433,60
	86.036.148,10	131.589.945,10	118.402.517,80	46.383.949,10	(*)	235.627.907,50	1.513.498.876,20	1.696.093.948,90
TOTAL	918.944.031,70	1.329.007.525,40	1.893.645.525,90	2.368.703.580,70	3.148.703.616,50	8.174.215.485,50	13.400.354.084,50	26.480.282.166,00

(*) Valores Rasurados

Fonte: Mensagens e Relatórios do Governo Estadual para o Presidente da República, anos de 1941 a 1944; 1951 a 1960; 1962 a 1964.

Anexo E – Despesas do Estado de Santa Catarina, 1944 a 1948

Ano	1944	1945	1946	1947	1948
Unidade monetária	Cruzeiro (Cr\$)				
Secretaria da Justiça, Educação e Saúde					
Governo do Estado	79.547,30	77.785,00	66.642,90	87.193,50	128.700,00
Gabinete do Interventor	71.804,30	98.457,20	129.476,30	164.477,70	1.195.541,70
Palácio do Governo	41.455,50	101.711,20	110.422,00	141.326,20	140.779,70
Assembléia Legislativa	—	—	—	2.587.350,00	3.072.800,00
Secretaria da Assembléia Legislativa	—	—	41.400,00	208.539,80	277.726,50
Conselho Administrativo	148.800,00	177.500,00	—	65.700,00	—
Poder Judiciário	2.002.457,10	2.272.327,70	2.584.975,60	3.878.914,50	4.871.646,30
Gabinete do Secretário	90.065,60	114.119,60	114.702,30	193.648,20	322.407,20
Diretoria da Justiça e Saúde	56.339,60	71.211,70	97.126,50	145.862,30	183.249,40
Comissão de Estudo dos Serv. Estaduais	58.530,30	68.254,50	72.159,90	99.592,40	122.267,30
Conselho Regional de Desportos	13.200,00	13.200,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Abrigo de Menores	656.345,80	1.040.751,10	1.229.665,00	1.421.549,50	1.374.528,40
Saúde Pública	4.020.077,70	5.187.419,10	5.785.504,80	7.489.434,20	9.912.614,20
Penitenciária	1.749.213,70	2.162.005,30	2.431.980,60	2.409.586,90	2.488.065,70
Educação	10.898.462,30	15.764.127,30	23.657.153,70	36.247.157,90	39.542.001,00
Assistência a Psicopatas	1.088.194,50	2.026.628,10	2.481.160,60	2.238.182,00	2.114.179,10
Biblioteca Pública	70.557,20	76.353,30	77.369,90	128.446,60	128.238,90
Imprensa Oficial	1.154.848,00	1.498.480,70	1.780.829,30	2.529.966,00	2.329.109,30
Subvenções e Auxílios	407.420,00	468.220,00	568.160,00	567.628,90	653.020,00
	22.607.318,90	31.218.561,80	41.258.729,40	60.634.556,60	68.886.874,70
Departamento das Municipalidades	306.699,90	284.580,90	323.496,80	454.934,90	478.904,80
Departamento de Estatística	513.173,10	965.212,10	1.260.083,30	1.772.956,80	1.220.715,90
Departamento de Informações	—	409.518,40	58.222,10	—	—
Departamento de Imprensa e Propaganda	386.349,70	—	—	—	—
Departamento de Geografia e Geologia	49.742,00	105.153,00	338.963,00	565.330,30	777.102,00
Departamento de Estradas de Rodagem	—	—	—	22.237.567,80	25.832.530,60
Secretaria da Segurança Pública					
Secretaria da Segurança Pública	1.535.110,00	719.200,70	896.681,60	1.024.573,50	1.072.450,30
Delegacia Ordem e Fiscalização Armas	—	267.521,00	365.644,90	516.519,10	527.423,60
Inst. Identificação e Médico Legal	—	234.753,80	200.295,70	225.449,90	211.210,30
Diretoria Veículos e Transito Público	—	277.170,20	382.964,60	470.894,60	463.559,40
Serviço Registro de Estrangeiros	—	38.509,70	43.435,00	66.686,00	61.011,80
Delegacias	—	354.760,30	473.184,80	787.900,50	736.879,40
Serviço Censura de Diversões Públicas	—	—	—	46.040,00	46.040,00
Força Publica (Policia Militar)	4.347.609,30	4.106.259,40	5.098.910,50	8.379.413,50	9.230.626,00
Corpo Bombeiros	121.023,40	127.680,90	166.103,00	267.200,30	257.984,50
Cadeias	310.020,00	381.799,90	436.070,90	609.335,20	732.256,70
	6.313.762,70	6.507.655,90	8.063.291,00	12.394.012,60	13.339.442,00
Secretaria da Fazenda					
Secretaria da Fazenda	262.675,70	170.527,80	264.472,80	417.332,40	943.223,10
Tesouro do Estado	2.583.617,60	2.781.089,70	3.376.953,90	5.021.183,30	5.554.746,90
Contadoria Geral do Estado	259.319,90	281.465,00	334.850,50	498.598,90	491.977,30
Serviço de Inspeção	483.166,30	711.170,20	899.714,40	1.286.316,60	45.021,70
Serviço de Fiscalização	—	—	—	—	2.389.269,10
Junta Comercial	26.098,40	32.599,10	47.634,30	62.760,70	63.003,90

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1944 a 1948

(Continuação)

Ano	1944	1945	1946	1947	1948
Unidade monetária	Cruzeiro (Cr\$)				
Pessoal Inativo	1.671.126,60	1.750.000,00	2.401.293,80	4.964.097,30	5.913.045,50
Abono Familiar (Salário Família)	156.941,30	3.950.237,70	4.334.485,70	4.994.882,70	5.452.163,50
Correspondência Postal e Telegráfica	299.600,50	350.000,00	387.780,40	450.870,60	555.928,50
Impressão e Publicação	69.973,60	3.412,20	4.238,60	39.894,00	66.040,80
Despesas Gerais	263.418,70	344.989,90	366.690,70	343.805,00	404.555,60
Despesas Especiais	471.418,10	541.244,00	833.364,90	1.227.978,00	—
Serviço da Dívida Passiva	4.520.199,90	5.194.739,50	4.929.543,20	5.155.333,30	4.498.481,30
Conselhos Diversos	25.000,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00
Cotas aos municípios	—	—	—	—	2.723.531,80
	11.092.556,60	16.141.475,10	18.211.023,20	24.503.053,10	29.140.989,00
Secr. da Viação, Obras e Agricultura					
Secr. da Viação, Obras Públicas e Agricultura	123.200,40	138.580,50	149.719,70	157.259,90	333.981,30
Diret. da Viação, Obras Públicas e Agricultura	—	—	—	113.284,80	134.546,40
Diretoria de Obras Públicas	5.587.541,30	7.751.867,80	7.250.014,80	14.215.204,20	14.270.113,30
Diretoria de Estradas e Rodagem	11.688.700,70	15.162.903,20	16.023.208,60		
Serviço de Água de Lages	85.866,90	105.314,80	125.387,80	173.400,20	173.126,80
Diretoria de Terras	146.726,70	176.334,30	249.823,60	459.092,80	641.591,50
Diretoria da Produção Animal	506.740,30	495.550,20	502.709,80	962.148,30	1.296.348,80
Diretoria de Fomento da Produção Vegetal	478.960,20	526.817,80	530.847,10	647.022,20	865.089,50
Escolas Práticas de Agricultura	174.791,20	289.276,80	353.942,60	477.847,00	431.192,60
Serviço de Defesa Sanitária Vegetal	35.896,20	35.653,20	33.858,70	49.364,50	121.800,00
Serviço de Sericicultura	—	—	76.751,00	—	—
Diret. Economia e Assist. Cooperativismo	84.373,30	107.651,00	106.431,00	582.604,00	641.197,90
Serviço de Defesa Sanitária Animal	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00
	19.012.797,20	24.889.949,60	25.502.694,70	17.937.227,90	19.108.988,10
Créditos Especiais	6.787.699,20	4.797.400,50	5.974.937,50	5.136.403,00	6.786.803,50
Despesas a Classificar	—	—	—	10.000,00	—
Aplicação do Saldo do Exercício Anterior	11.256.962,50	15.476.555,70	8.105.964,40	5.716.224,10	3.447.058,90
Restos a Pagar	333.876,50	368.873,40	390.070,10	367.239,90	683.927,80
Suprimentos	—	—	—	110.000,00	240.000,00
Estrada de Ferro SC					
Depósitos Especiais do Estado	705.472,90	1.653.994,30	3.134.552,30	605.131,80	3.981.439,40
Saldo para próximo ano	21.834.596,70	12.031.568,84	15.790.132,54	11.239.125,20	9.273.861,35
Total	101.201.007,94	114.849.499,54	128.412.160,34	163.683.764,00	183.198.638,05
Movimento das contas Especiais					
Montepio dos F. P. do Estado	3.336.080,80	4.049.744,60	6.138.177,90	7.799.287,80	6.355.570,40
Depósitos de diversas origens	3.059.136,70	3.364.343,60	5.178.397,20	5.234.215,90	5.743.592,75
Dep. Div. Orig. nas Repart. Fiscais	111.045,60	78.176,10	82.145,30	120.629,00	85.498,20
Consignações	460.212,80	445.519,20	1.272.183,40	3.371.699,60	1.592.483,60
	6.966.475,90	7.937.783,50	12.670.903,80	16.525.832,30	13.777.144,95
Saldo para próximo Exercício					
Montepio dos F. P. do Estado	386.986,70	343.961,20	418.414,60	432.741,20	386.281,50
Depósitos de diversas origens	2.101.787,35	2.752.392,45	2.205.871,65	1.254.043,85	1.096.523,95
Dep. Div. Orig. nas Repart. Fiscais	8.284,65	9.161,35	7.501,55	8.107,85	11.658,10
Consignações	4.451,60	7.524,50	9.014,90	3.380,80	257.523,80
	2.501.510,30	3.113.039,50	2.640.802,70	1.698.273,70	1.751.987,35
Total	9.467.986,20	11.050.823,00	15.311.706,50	18.224.106,00	15.529.132,30

Fonte: Mensagens e Relatórios do Governo Estadual para o Presidente da República, anos de 1945 a 1949.

ANEXO F - Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

Ano	1964	1965	1967	1968	1969	1970	1971
Unidade Monetária	Cruzeiro Cr\$ 1,00			Cruzeiro Novo NCr\$ 1,00		Cruzeiro Cr\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO							
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	45.556.828.353,50	81.802.444.373,00	121.489.281,41	229.959.847,41	286.727.443,36	432.667.705,79	610.791.162,03
DESPESAS CORRENTES	24.649.995.997,60	44.584.323.111,00	82.450.460,71	118.135.799,77	165.997.377,07	283.689.636,48	363.942.724,51
DESPESAS DE CUSTEIO	18.458.011.392,00	31.908.917.175,00	61.630.825,63	87.476.193,58	121.432.767,95	176.104.532,57	231.477.651,65
<i>Pessoal</i>	15.608.865.020,80	26.390.212.651,00	52.540.751,29	75.719.416,86	106.173.672,95	150.292.420,25	195.165.373,02
Pessoal Civil	—	—	—	—	—	—	—
Pessoal Militar	—	—	—	—	—	—	—
Obrigações Patrimoniais	—	—	—	—	—	—	—
<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>	514.982.706,80	1.415.197.666,00	4.197.534,39	4.103.714,68	4.586.306,78	3.465.193,99	5.881.677,29
Remuneração de Serviços Pessoais	—	—	—	—	—	—	—
Outros Serviços e Encargos	948.566.016,70	1.392.878.713,00	—	1.651.988,20	2.971.859,07	11.253.448,01	17.270.045,76
Serv. De Conserv., Limp., Copa e Segurança	—	—	—	—	—	—	—
Demais Serviços De Terceiros e Encargos	—	—	—	—	—	—	—
<i>Diversas Despesas de Custeio</i>	1.385.597.647,70	283.014.628,00	777.643,04	736.838,86	1.217.185,15	9.832.965,51	11.710.702,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.191.984.605,60	12.675.405.936,00	20.819.635,08	30.659.606,19	44.564.609,12	107.585.103,91	132.465.072,86
Subvenções Econômicas	—	—	—	—	—	287.948,52	2.323.366,91
Pessoal e Encargos	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	—	—	2.801.990,28	3.641.967,60	4.931.823,90	—	61.135.362,95
<i>Transferências à Pessoas</i>	2.207.796.693,30	5.817.118.078,00	—	—	—	—	—
Inativos	1.980.000.000,00	3.961.946.521,00	8.810.990,00	14.948.032,05	21.493.316,98	32.169.221,24	—
Pensionistas	55.471.543,90	216.904.985,00	376.000,00	678.367,25	1.068.649,83	1.323.067,56	—
Salário Família	172.325.149,40	1.638.266.572,00	3.968.501,16	4.202.488,73	6.465.553,83	7.052.913,76	—
Outras Transferências à Pessoas	—	—	—	—	—	1.798.744,88	—
<i>Encargos da Dívida Interna</i>	8.340.907,30	204.514.796,00	926.423,58	904.269,30	969.849,26	2.438.287,68	8.956.887,65
<i>Encargos da Dívida Externa</i>	—	—	—	—	—	—	—
<i>Contribuição para Previdência Social</i>	863.427.954,10	1.234.792.392,00	108.811,36	1.129.183,26	1.634.113,32	1.785.764,71	3.858.224,35
<i>Diversas Transferências Correntes</i>	2.242.441.383,40	3.856.347.315,00	3.826.918,70	5.155.298,00	1.634.113,32	59.696.179,51	61.135.362,95
DESPESAS DE CAPITAL	20.906.832.355,90	37.218.121.262,00	39.038.820,70	111.824.047,64	120.730.066,29	148.978.069,31	246.848.437,52
INVESTIMENTOS	16.673.361.414,80	2.952.105.947,00	4.777.876,81	7.226.850,54	10.871.993,31	11.932.374,64	31.820.175,53
Transferências de Capital	2.906.241.141,10	31.317.685.107,00	33.380.943,89	104.013.502,96	100.638.072,98	131.785.594,67	195.626.359,38
<i>Amortização da Dívida Interna</i>	45.302.839,30	67.621.392,00	451.714,42	3.176.180,40	2.916.724,23	7.536.404,68	24.585.579,95
<i>Outras Transferências de Capital</i>	—	31.250.063.715,00	32.929.229,47	100.837.322,56	97.721.348,75	124.249.189,99	—
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	—	—	—	—	—	—	—

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Unidade Monetária	Cruzeiro Novo (Cr\$)						
ESPECIFICAÇÃO	1971 Em Cr\$ 1,00	1972 Em Cr\$ 1,00	1973 Em Cr\$ 1,00	1974 Em Cr\$ 1,00	1975 Em Cr\$ 1,00	1976 Em Cr\$ 1,00	1977 Em Cr\$ 1,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	610.791.162,03	834.090.641,69	1.135.659.277,61	1.661.172.294,33	2.509.214.404,05	3.763.081.103,41	5.741.274.660,36
DESPESAS CORRENTES	363.942.724,51	508.773.838,30	709.190.775,19	944.630.181,64	1.343.240.361,65	2.133.392.831,96	3.337.511.504,02
DESPESAS DE CUSTEIO	231.477.651,65	283.987.615,52	374.511.206,01	502.864.096,14	745.991.219,84	1.133.873.069,73	1.627.525.733,52
<i>Pessoal</i>	195.165.373,02	243.774.351,03	320.579.268,71	430.806.567,08	650.243.451,49	965.710.921,44	1.340.432.011,53
Pessoal Civil	—	—	—	—	581.068.081,85	849.300.271,08	1.164.360.789,44
Pessoal Militar	—	—	—	—	69.175.369,64	116.410.650,36	176.071.222,09
<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>	5.881.677,29	9.560.622,89	18.835.465,21	25.598.469,72	37.062.916,60	59.497.769,47	88.722.271,64
Remuneração de Serviços de Pessoais	—	—	—	—	—	—	—
Outros Serviços e Encargos	17.270.045,76	14.977.929,68	19.666.802,92	20.169.540,22	27.901.568,15	66.786.436,01	147.396.669,99
Serviço De Conserv,Limp, Copa e Segurança	—	—	—	—	—	—	—
<i>Diversas Despesas de Custeio</i>	11.710.702,02	5.963.930,47	1.877.014,83	2.905.019,42	6.427.136,04	5.767.102,85	6.667.081,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.465.072,86	224.786.222,78	334.679.569,18	441.766.085,50	597.249.141,81	999.519.762,23	1.709.985.770,50
Contribuição para Formação do PASEP	—	—	—	—	—	250.638.722,32	372.794.671,48
Subvenções Econômicas	2.323.366,91	1.965.279,04	1.299.037,33	1.193.985,14	604.330,86	23.979.928,58	17.241.280,00
Outras Despesas Correntes	61.135.362,95	—	—	—	—	—	—
Inativos	—	—	—	—	123.387.293,06	186.015.574,28	288.266.896,37
Pensionistas	—	—	—	—	7.739.403,73	10.597.790,39	16.448.869,94
Salário Família	—	—	—	—	34.002.233,73	41.845.302,65	52.417.859,82
Outras Transferências à Pessoas	—	68.912.491,65	—	—	10.394.758,00	12.180.055,00	15.661.045,35
<i>Encargos da Dívida Interna</i>	8.956.887,65	28.403.115,03	33.889.819,61	36.808.925,26	35.392.950,57	64.267.076,00	110.621.863,51
<i>Encargos da Dívida Externa</i>	—	—	—	—	19.206.780,12	50.732.427,78	74.730.266,12
<i>Contribuição para Previdência Social</i>	3.858.224,35	5.570.288,84	9.703.470,57	14.233.922,18	175.523.688,52	21.133.556,43	25.920.418,69
<i>Diversas Transferências Correntes</i>	61.135.362,95	117.588.649,76	197.781.510,46	269.003.221,05	335.388.909,68	565.844.697,93	1.070.977.607,82
DESPESAS DE CAPITAL	246.848.437,52	325.316.803,39	426.468.502,42	716.542.112,69	1.165.974.042,40	1.629.688.271,45	2.403.763.156,34
INVESTIMENTOS	31.820.175,53	43.378.143,70	126.560.593,36	177.789.281,44	232.212.706,43	48.651.242,94	79.026.413,03
Transferências de Capital	195.626.359,38	241.751.403,33	286.445.189,06	496.261.935,25	826.290.036,97	1.116.361.846,47	1.884.607.279,16
<i>Amortização da Dívida Interna</i>	24.585.579,95	48.477.478,38	65.786.832,24	73.316.108,81	199.597.373,15	53.748.847,87	114.038.891,96
<i>Amortização da Dívida Externa</i>	—	—	—	—	34.889.496,97	25.803.575,00	80.949.427,42
<i>Outras Transferências de Capital</i>	—	—	218.461.971,32	422.945.826,44	591.833.166,85	1.036.809.423,60	1.688.293.636,88
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	—	40.187.256,36	13.462.720,00	42.490.896,00	107.471.299,00	464.675.182,04	440.129.464,15

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Unidade Monetária	Cruzeiro (Cr\$)							
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.394.934.702,29	15.202.043.225,19	31.029.605.214,78	57.359.448.444,38	159.096.222.143,29	302.601.517.905,58	972.745.346.667,58	3.725.850.741.308,00
DESPESAS CORRENTES	4.870.500.295,67	8.659.611.107,00	17.995.929.271,18	37.918.592.955,12	104.908.874.108,39	211.428.698.226,60	690.498.706.590,13	2.945.852.018.293,00
DESPESAS DE CUSTEIO	2.443.882.633,67	4.155.799.864,00	7.986.053.523,28	20.151.189.361,99	48.221.362.915,52	98.132.811.876,06	312.126.984.142,32	1.302.744.143.041,00
<i>Pessoal</i>	1.967.822.024,54	3.298.819.621,73	6.462.973.192,06	16.815.134.967,51	37.903.133.757,03	79.655.310.078,55	241.768.521.006,80	984.442.806.963,00
Pessoal Civil	1.729.493.553,16	2.940.196.535,82	5.583.437.396,47	11.929.517.861,83	33.359.557.249,20	69.705.494.522,51	209.967.695.558,71	--
Pessoal Militar	238.328.471,38	350.476.605,84	761.717.811,77	1.675.181.113,93	3.911.879.658,79	9.853.441.860,70	31.395.312.127,91	--
Obrigações Patrimoniais	--	8.146.480,07	117.817.983,82	87.631.803,81	631.696.849,04	96.373.695,34	405.513.320,18	--
<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>	142.995.724,09	670.506.468,77	1.188.224.616,22	2.679.624.325,51	8.656.515.046,76	15.387.290.654,12	59.093.818.615,38	266.529.721.082,00
Remuneração de Serviços Pessoais	--	7.130.446,82	9.887.703,96	22.881.830,63	73.221.663,97	116.646.511,64	280.470.806,58	--
Outros Serviços e Encargos	228.614.012,62	663.376.021,95	1.178.336.912,26	814.841.836,12	8.583.293.382,79	15.270.644.142,48	58.813.347.808,80	--
<i>Diversas Despesas de Custeio</i>	19.686.832,96	35.850.024,93	37.430.543,00	75.397.895,83	162.185.318,53	364.307.162,72	792.168.355,97	4.844.476.573,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.426.617.662,00	4.503.811.243,67	10.009.875.747,90	17.767.403.593,13	56.687.511.192,87	113.295.886.350,54	378.371.722.447,81	1.643.107.875.252,00
<i>Transferências Intragovernamentais</i>	--	1.468.352.594,69	3.419.394.071,48	8.005.325.582,20	16.513.196.736,83	41.746.710.784,04	129.316.358.288,25	464.566.392.882,00
Transferências Operacionais	536.978.201,10	1.405.711.244,69	2.881.744.426,48	7.178.709.716,84	13.979.722.752,83	29.565.976.278,41	99.273.675.275,00	--
Subvenções Econômicas	28.700.000,00	55.000.000,00	512.895.691,00	785.414.383,36	2.422.135.396,00	9.086.060.628,00	28.184.048.153,00	--
<i>Transferências Intergovernamentais</i>	--	1.057.315.474,26	2.524.631.230,06	327.087.629,10	14.255.286.499,95	22.013.631.713,08	73.317.269.316,00	502.524.248.364,00
<i>Transferências à Pessoas</i>	--	889.905.171,25	1.733.551.255,18	4.072.360.476,21	10.386.072.956,88	28.783.877.052,02	89.312.017.153,97	360.248.122.067,00
Inativos	423.524.236,05	673.085.247,88	1.350.920.846,46	--	8.624.415.431,65	24.857.600.855,94	77.434.094.127,96	--
Pensionistas	25.140.416,48	58.462.844,15	130.183.000,00	--	668.070.816,01	2.115.066.188,85	6.878.624.272,24	--
Salário Família	67.828.147,57	98.551.772,16	193.571.026,12	--	735.058.864,63	1.224.054.247,69	3.247.473.900,77	--
Outras Transferências à Pessoas	20.485.401,00	30.310.428,06	3.576.592,60	5.548.182,93	11.641.928,55	32.398.759,54	99.842.158,00	--
<i>Encargos da Dívida Interna</i>	158.730.320,51	391.301.492,53	534.486.787,74	1.159.615.224,99	6.660.746.458,99	12.954.394.274,91	60.808.794.641,12	257.466.993.525,00
<i>Encargos da Dívida Externa</i>	163.038.731,22	481.702.574,02	1.362.911.148,74	3.047.300.042,68	5.519.592.608,13	1.579.493.026,61	9.540.035.620,20	2.389.711.372,00
<i>Contribuição para Previdência Social</i>	45.180.557,58	83.432.300,11	172.008.931,20	314.623.839,63	473.494.216,38	1.161.274.576,39	5.351.799.576,00	--
<i>Diversas Transferências Correntes</i>	1.378.518.472,53	4.301.182,80	31.883.403,67	28.040.997,28	477.432.816,56	2.161.718.297,16	4.714.369.271,47	4.487.297.385,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.524.434.406,62	6.542.432.117,87	13.033.675.943,60	19.440.855.489,26	54.187.348.034,90	91.172.819.678,98	282.246.640.077,45	779.998.723.015,00
INVESTIMENTOS	267.237.021,21	517.434.641,35	1.519.885.048,56	3.227.102.740,99	9.810.678.131,08	12.050.732.362,57	46.996.221.721,85	158.417.445.644,00
Transferências de Capital	3.580.874.918,89	4.923.459.911,40	9.342.229.976,11	13.082.218.468,01	37.876.241.783,62	75.280.818.838,99	212.312.037.970,39	513.226.798.382,00
<i>Transferências Intragovernamentais</i>	--	2.437.602.363,29	4.664.983.487,03	9.710.891.987,72	21.229.683.257,37	32.524.905.408,36	88.337.822.044,77	323.100.734.515,00
<i>Transferências Intergovernamentais</i>	--	1.260.757.060,92	2.482.624.542,60	451.444.639,73	10.357.784.793,34	21.852.479.490,32	79.054.227.591,17	35.082.729.463,00
<i>Amortização da Dívida Interna</i>	365.582.923,02	730.776.495,70	888.996.401,56	891.172.846,40	2.678.778.058,87	20.063.568.883,13	35.826.705.096,78	147.462.055.372,00
<i>Amortização da Dívida Externa</i>	302.949.994,53	149.407.997,20	311.646.544,92	316.835.857,80	292.775.715,60	40.437.500,00	63.833.461,00	--
<i>Outras Transferências de Capital</i>	2.846.751.096,21	1.739.429,01	--	--	3.188.254.116,44	--	--	--
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	676.322.466,52	1.101.537.565,12	2.171.560.918,93	3.131.534.280,26	6.500.428.120,20	3.841.268.477,42	22.938.380.385,21	--

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Unidade Monetária	Cruzado Cz\$			Cruzado Novo NCZ\$	Cruzeiro Cr\$		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	13.060.188.402	37.414.662.096	265.933.926.140	4.999.797.700	140.114.899.400	545.555.689.614	6.605.088.971.451
DESPESAS CORRENTES	10.325.759.692	30.716.884.080	201.101.306.046	3.692.241.598	114.537.321.110	457.281.791.541	4.884.911.985.191
DESPESAS DE CUSTEIO	4.665.647.350	13.937.513.639	97.663.146.209	1.656.620.277	47.655.584.230	174.605.157.044	2.453.612.664.232
<i>Pessoal</i>	3.497.833.179	10.952.643.768	68.709.641.338	1.395.313.708	41.089.082.886	136.774.064.673	1.691.886.375.518
Pessoal Civil	3.052.795.583	9.735.329.612	58.913.544.790	1.197.900.651	33.512.749.927	112.339.041.503	1.442.420.285.398
Pessoal Militar	440.959.157	1.207.518.681	9.727.346.737	195.642.483	7.562.222.735	24.341.872.621	243.760.917.105
Obrigações Patrimoniais	4.078.439	9.795.475	68.749.811	1.770.574	14.110.224	93.150.549	5.705.173.015
<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>	1.020.527.142	2.510.631.013	25.525.636.952	197.248.510	5.009.027.958	31.781.340.790	664.019.947.914
Remuneração de Serviços Pessoais	5.580.836	14.255.574	107.689.935	1.847.242	77.522.567	177.683.827	6.747.078.965
Outros Serviços e Encargos	1.014.946.306	2.496.375.439	25.417.947.017	195.401.268	4.931.505.391	31.603.656.963	657.272.868.949
<i>Serv. De Conserv., Limp., Copa e Segurança</i>	-	-	-	-	-	-	12.169.372.266
Demais Serv. De Terceiros e Encargos	-	-	-	-	-	-	645.103.496.683
Diversas Despesas de Custeio	147.287.029	474.238.858	3.427.867.919	64.058.059	1.557.473.386	6.049.751.581	97.706.340.800
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.660.112.342	16.779.370.441	103.438.159.837	2.035.621.321	66.881.736.880	282.676.634.497	2.431.299.320.959
<i>Transferências Intragovernamentais</i>	1.335.153.443	4.458.013.051	30.644.605.638	576.570.154	15.535.901.301	61.245.728.985	229.987.340.576
Transferências Operacionais	1.172.598.293	4.040.270.406	26.585.551.373	366.271.814	10.563.587.256	33.795.897.793	183.924.142.182
Pessoal e Encargos	923.856.739	2.554.550.259	21.840.598.624	353.954.781	6.715.417.545	31.365.385.467	132.782.621.823
<i>Serv. De Conserv., Limp., Copa e Segurança</i>	-	-	-	-	-	-	1.503.967.989
Contribuição para Formação do PASEP	11.789.165	31.560.854	143.088.446	1.894.786	77.179.110	375.995.424	2.614.266.131
Outras Despesas Correntes	236.952.389	1.454.159.293	4.601.864.303	10.422.247	3.770.990.601	2.054.516.902	47.023.286.239
Subvenções Econômicas	107.408.830	220.053.998	3.324.413.616	154.587.411	3.845.710.416	22.743.208.781	-
Outras Transferências Intragovernamentais	55.146.320	197.688.647	24.851.027.535	55.710.929	1.126.603.629	4.706.622.411	46.063.198.394
<i>Transferências Intergovernamentais</i>	1.796.480.283	5.107.391.227	31.868.570.067	615.357.888	23.541.929.516	106.685.656.493	1.139.415.527.485
<i>Transferências à Pessoas</i>	1.169.583.840	4.214.719.580	28.175.441.151	631.594.872	18.759.830.344	62.505.052.011	759.804.506.986
Inativos	1.002.688.804	3.566.118.146	24.649.182.761	536.700.360	16.556.352.204	51.507.389.354	652.082.163.750
Pensionistas	83.392.242	346.234.788	2.211.160.795	65.855.926	1.354.737.906	9.043.405.270	86.475.491.990
Salário Família	57.848.571	247.835.928	1.086.664.507	26.565.147	817.923.866	1.871.811.856	20.211.794.527

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Unidade Monetária	Cruzado Cz\$			Cruzado Novo NCZ\$	Cruzeiro Cr\$		
Outras Transferências à Pessoas	25.654.223	54.530.718	228.433.088	2.473.439	30.816.368	82.445.531	1.035.056.719
<i>Encargos da Dívida Interna</i>	731.056.641	2.481.112.059	7.621.257.963	77.419.347	6.691.221.236	37.623.891.363	146.727.120.630
<i>Encargos da Dívida Externa</i>	422.750.565	68.485.273	1.175.454.690	69.058.905	86.630.364	3.434.860.781	27.320.745.885
<i>Contribuição para Previdência Social</i>	77.662.972	138.959.485	1.492.643.362	13.533.027	397.571.076	1.624.555.113	21.912.496.619
<i>Diversas Transferências Correntes</i>	127.424.598	310.689.766	2.460.186.966	52.087.128	1.868.653.043	9.556.889.751	106.131.582.778
DESPESAS DE CAPITAL	2.734.428.709	6.697.778.016	64.832.620.094	1.307.556.102	25.577.578.290	88.273.898.073	1.720.176.986.260
INVESTIMENTOS	645.463.881	946.926.555	6.399.794.424	114.007.411	934.285.570	11.528.433.737	117.873.161.899
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.697.627.962	5.334.367.284	55.808.813.556	1.147.233.868	24.115.001.020	74.409.360.898	1.519.870.838.693
<i>Transferências Intragovernamentais</i>	998.513.809	1.544.866.494	13.769.083.060	255.598.374	7.344.522.423	30.271.973.254	462.878.289.966
<i>Transferências Intergovernamentais</i>	78.446.748	125.652.690	889.209.075	25.625.735	1.023.802.671	5.878.203.045	67.007.610.790
<i>Amortização da Dívida Interna</i>	429.036.149	3.525.571.368	38.308.441.326	859.542.224	15.535.645.043	34.499.141.355	970.308.321.398
<i>Amortização da Dívida Externa</i>	3.655.985	830.014	5.256.940	80.185	6.742.951	550.303.077	14.086.093.337
<i>Outras Transferências de Capital</i>	187.975.271	137.446.718	2.836.823.155	6.387.350	204.287.932	3.209.740.167	5.590.523.202
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	391.336.866	416.484.177	2.624.012.114	46.314.823,00	528.291.700	2.336.103.438	82.432.985.668

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	(*) 2000	(*) 2001
Unidade Monetária	Cruzeiro Real	Real R\$							
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	128.808.193.430	1.617.999.848	2.618.310.864	3.339.633.708	3.524.099.895	3.114.071.080	3.261.320.508	4.708.848.987	3.866.707.080
DESPESAS CORRENTES	105.050.516.619	1.119.787.768	2.180.440.640	2.706.299.527	2.738.328.852	2.816.232.281	2.766.528.578	3.125.528.067	3.610.503.097
DESPESAS DE CUSTEIO	45.622.131.807	501.091.068	951.556.539	1.050.913.190	1.088.865.525	1.264.499.776	1.259.272.170	1.305.414.481	1.541.568.970
<i>Pessoal</i>	35.534.447.615	383.618.147	783.311.582	807.825.083	859.057.944	1.009.229.228	1.047.806.884	1.076.519.077	1.177.225.176
Pessoal Civil	29.828.828.722	325.914.256	635.505.066	668.913.948	710.027.502	810.179.314	799.421.781	794.829.998	866.666.821
Pessoal Militar	5.558.916.755	55.079.535	119.810.565	127.496.518	136.995.822	183.517.369	187.252.071	190.704.342	215.968.961
Obrigações Patrimoniais	146.702.138	2.624.356	27.995.951	11.414.617	12.034.620	15.532.545	61.133.032	90.984.737	94.589.394
<i>Serviços de Terceiros e Encargos</i>	7.933.346.912	81.024.139	128.228.719	171.524.597	177.133.523	196.879.554	170.222.469	186.791.407	290.633.827
Remuneração de Serviços Pessoais	222.181.541	2.841.368	4.113.040	3.982.240	4.469.716	6.361.661	5.846.346	10.224.221	11.008.910
Outros Serviços e Encargos	7.711.165.371	78.182.771	124.115.679	167.542.357	172.663.807	190.517.893	164.376.124	176.567.186	279.624.917
<i>Serv. De Conserv., Limp., Copa e Segurança</i>	258.478.873	2.614.665	5.610.969	7.387.958	9.252.635	17.315.231	18.994.524	10.896.853	15.639.095
Demais Serv. De Terceiros e Encargos	7.452.686.498	75.568.106	118.504.710	160.154.399	163.411.172	173.202.662	145.381.599	165.670.333	263.985.822
Diversas Despesas de Custeio	2.154.337.280	36.448.782	40.016.238	71.563.510	52.674.058	58.390.994	41.242.817	20.107.314	38.750.313
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.428.384.812	618.696.700	1.228.884.101	1.655.386.337	1.649.463.327	1.551.732.505	1.507.256.408	1.820.113.586	2.068.934.126
<i>Transferências Intragovernamentais</i>	11.478.083.757	113.080.464	219.969.423	247.109.565	263.717.348	116.656.391	139.409.354	135.267.689	134.087.910
Transferências Operacionais	3.085.288.671	37.496.458	74.794.284	78.746.689	86.851.592	—	—	—	—
Pessoal e Encargos	2.279.370.254	20.725.686	35.481.339	41.524.732	36.993.457	—	—	—	—
Serv. De Conserv., Limp., Copa e Segurança	65.593.162	602.571	854.119	1.746.965	2.028.762	—	—	—	—
Contribuição para Formação do PASEP	61.140.294	935.394	1.072.254	1.201.745	2.325.794	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	679.184.961	15.232.807	37.386.572	34.273.247	45.503.579	—	—	—	—
Subvenções Econômicas	8.066.368.266	63.956.375	121.000.470	120.496.191	131.006.120	116.656.391	139.409.354	135.267.689	134.087.910
Pessoal e Encargos	7.838.325.596	47.928.062	118.945.637	118.277.549	129.885.475	112.577.582	132.303.563	126.358.918	124.132.751
Outras Despesas Correntes	228.042.670	16.028.313	2.054.833	2.218.642	1.120.645	4.078.808	7.105.791	8.908.771	9.955.159
Outras Transferências Intragovernamentais	326.426.820	11.627.631	24.174.669	47.866.685	45.859.636	—	—	—	—
<i>Transferências Intergovernamentais</i>	24.212.255.972	267.959.446	505.763.413	572.405.990	613.114.720	620.596.822	690.049.344	864.866.424	1.046.135.903
<i>Transferências à Pessoas</i>	16.127.551.700	156.304.758	347.110.052	446.532.458	488.017.286	568.391.795	482.239.290	597.475.349	595.062.636
Inativos	15.001.660.914	143.752.912	328.168.438	428.642.981	469.978.689	551.772.408	468.049.422	569.245.213	565.499.994
Pensionistas	683.051.478	9.298.975	11.395.950	12.151.578	11.548.911	10.590.299	11.807.626	11.583.708	12.034.187
Salário Família	326.030.131	1.927.863	3.685.285	3.796.967	3.508.609	4.099.994	581.083	364.076	373.759

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 1964 A 2001

(Continuação)

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	(*) 2000	(*) 2001
Unidade Monetária	Cruzeiro Real CR\$	Real R\$							
Outras Transferências à Pessoas	116.809.177	1.325.008	3.860.379	1.940.932	2.981.077	1.929.094	1.801.160	16.282.352	17.154.694
Encargos da Dívida Interna	3.706.651.408	49.831.809	96.163.207	352.426.533	208.885.710	163.207.073	98.169.097	139.259.024	200.227.131
Encargos da Dívida Externa	1.141.651.272	8.994.985	15.987.874	18.363.082	17.324.538	12.036.038	30.537.331	23.410.674	25.720.004
Contribuição para Previdência Social	338.399.062	6.095.996	11.320.689	14.108.706	17.303.142	12.395.485	21.629.185	25.524.744	19.656.586
Diversas Transferências Correntes	2.423.791.641	16.429.242	32.569.443	4.440.003	41.100.583	58.448.901	45.222.807	638.033	5.060.625
DESPESAS DE CAPITAL	23.757.676.811	498.212.080	437.870.224	633.334.181	785.771.043	297.838.799	494.791.930	1.583.320.919	256.203.983
INVESTIMENTOS	4.745.098.107	50.687.396	66.614.931	60.885.833	43.587.427	154.938.797	60.575.364	47.929.514	53.300.961
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.936.622.615	437.218.396	361.574.081	554.829.076	731.887.934	127.404.048	168.444.089	780.996.228	10.336.428
Transferências Intragovernamentais	13.039.718.311	167.941.991	132.643.282	205.109.596	130.716.797	—	—	754.395.177	192.566.594
Transferências Intergovernamentais	1.237.455.099	14.167.329	35.361.488	31.597.045	28.740.047	22.337.729	4.613.630	—	—
Amortização da Dívida Interna	1.604.504.041	245.798.122	176.765.353	295.098.511	552.335.170	83.622.934	125.861.690	18.702.953	16.220.793
Amortização da Dívida Externa	1.965.088.320	8.044.860	16.347.292	19.476.048	20.095.920	19.665.245	37.933.769	696.448.516	119.017.131
Outras Transferências de Capital	89.856.844	1.266.094	456.666	3.547.876	—	1.778.140	35.000	36.688.078	51.480.519
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.075.956.089	10.306.288	968.1212	17.619.272	10.295.682	15.495.954	265.772.477	2.555.630	5.848.151

Fonte: Brasil (2000).

(*) Os dados de 2001 e 2002 foram pesquisados nos documentos originais, Balanço Geral do Estado de Santa Catarina, 2000 e 2001.

ANEXO G
Despesas do Estado de Santa Catarina, 2002 a 2007

Ano	2002	2003	2004
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.190.840.785	7.063.866.303	7.671.102.405
DESPESAS CORRENTES	5.356.214.699	6.272.912.214	6.893.627.492
Pessoal e Encargos Sociais	2.657.769.051	3.058.337.946	3.367.933.994
Aposentadorias e Reformas	748.912.252	867.195.928	937.863.242
Pensões	198.540.334	235.185.857	267.064.737
Pessoal Civil	1.129.059.926	1.265.175.187	1.425.687.510
Pessoal Militar	257.139.866	290.872.078	324.145.788
Obrigações Patronais	154.578.906	173.271.636	200.209.507
Demais Despesas Pessoais/ Encargos	169.537.767	226.637.259	212.963.210
Juros e Encargos da Dívida	284.616.045	404.264.780	466.375.539
Juros sobre a Dívida por Contrato	280.793.836	396.211.999	462.190.305
Outros sem ser a Dívida por Contrato	3.822.208	8.052.781	4.185.235
Outras Despesas Correntes	2.413.829.603	2.810.309.488	3.059.317.959
Transferências a Municípios	1.174.384.177	1.392.537.711	1.582.590.845
Transf. Instit. Privada s/ Fins Lucrat.	94.678.956	103.857.084	114.580.065
Aplicações Diretas	1.142.891.228	1.312.262.009	1.361.013.475
Material de Consumo	202.646.838	315.577.777	321.232.378
Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica	511.540.776	53.333.672	543.784.566
Locação Mão de Obra	50.468.579	70.241.944	102.703.921
Auxílio-Alimentação	121.526.922	126.417.596	138.533.291
Demais Aplicações Diretas	256.708.113	746.691.020	254.759.318
DESPESAS DE CAPITAL	1.834.626.085	790.954.089	777.474.913
Investimentos	454.351.591	511.702.072	501.538.302
Transferências a Municípios	57.516.376	44.999.233	53.845.323
Transf. Instit. Privada s/ Fins Lucrat.	12.424.706	10.620.131	23.974.441
Aplicações Diretas	383.677.755	455.779.855	422.508.676
Obras e Instalações	294.650.249	342.305.641	327.094.536
Equip. e Material Permanente	81.801.718	110.208.009	75.447.762
Demais Aplicações Diretas	7.225.788	3.266.205	19.966.377
Inversões Financeiras	1.000.146.185	51.119.558	34.242.627
Aquisições de Imóveis	2.464.592	7.110.355	604.500
Constr. Ou Aumento de Capital de Empr.	764.468.408	14.380.000	5.463.675
Aquisição de Títulos de Créditos	194.021.701	-	-
Concessão Empréstimos/Financiamentos	-	24.737.956	22.286.756
Demais Inversões Financeiras	39.191.483	4.891.247	5.887.696
Amortização da Dívida	380.128.309	228.132.459	241.693.984

(Continua)

Despesas do Estado de Santa Catarina, 2002 a 2007

(Continuação)

Ano	2005	2006	2007
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.146.843.446	9.350.040.299	10.541.624.780
DESPESAS CORRENTES	8.532.351.002	7.609.505.320	8.902.719.294
Pessoal e Encargos Sociais	3.960.396.580	2.857.593.633	3.485.381.815
Aposentadorias e Reformas	1.040.464.750	-	7.830.367
Pensões	283.845.210	-	-
Pessoal Civil	1.638.464.656	2.016.918.823	2.266.241.601
Pessoal Militar	384.963.422	2.592.727	462.346.047
Obrigações Patronais	258.599.241	81.742.925	96.328.136
Demais Despesas Pessoal/ Encargos	354.059.302	756.339.158	652.635.664
Juros e Encargos da Dívida	513.481.461	550.123.903	640.905.313
Juros sobre a Dívida por Contrato	509.135.807	547.638.873	638.517.213
Outros sem ser a Dívida por Contrato	4.334.150	2.485.030	2.388.000
Outras Despesas Correntes	4.058.472.962	4.201.787.783	4.776.432.167
Transferências a Municípios	1.848.781.225	77.137.159	90.477.801
Transf. Instit. Privada s/ Fins Lucrat.	240.682.851	271.417.918	374.927.975
Aplicações Diretas	1.942.366.557	3.825.230.912	4.263.001.900
Material de Consumo	426.686.663	426.731.352	495.006.562
Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica	790.437.246	986.352.155	1.085.079.139
Locação Mão de Obra	136.111.887	159.482.201	153.905.727
Auxílio-Alimentação	149.893.869	159.554.834	168.726.395
Demais Aplicações Diretas	439.236.893	2.093.110.370	2.360.284.077
DESPESAS DE CAPITAL	1.614.492.444	1.740.534.979	1.638.905.485
Investimentos	1.260.496.287	1.330.387.643	1.195.238.931
Transferências a Municípios	190.406.515	254.832.380	174.962.617
Transf. Instit. Privada s/ Fins Lucrat.	67.046.572	57.878.332	36.283.931
Aplicações Diretas	1.000.740.100	1.004.680.050	976.553.405
Obras e Instalações	728.122.742	740.432.727	695.926.180
Equip. e Material Permanente	205.567.592	208.396.591	204.474.090
Demais Aplicações Diretas	67.049.767	55.850.732	76.153.134
Inversões Financeiras	78.956.290	69.816.239	75.323.890
Aquisições de Imóveis	1.277.000	1.432.101	2.285.000
Constr. Ou Aumento de Capital de Empr.	4.256.195	44.689.000	37.556.000
Aquisição de Títulos de Créditos	10.000	-	8.100
Concessão Empréstimos/Financiamentos	55.307.593	15.551.943	19.235.246
Demais Inversões Financeiras	18.105.501	8.143.195	16.239.544
Amortização da Dívida	275.039.868	340.331.097	368.341.664

Fonte: SANTA CATARINA. Balanço Geral, anos de 2002 a 2007.